



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Declaro aberta a 24ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a: oitivas de testemunhas dos Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão, referentes à Representação nº 24, de 2025, e às apensadas, Representações nºs 25 e 27, de 2025; oitiva das testemunhas arroladas pelo Deputado Marcel van Hattem; continuação da oitiva do Deputado Zucco; continuação da oitiva da Sra. Carolina Barreto Siebra; oitiva do Deputado Delegado Paulo Bilynsky; oitiva do Deputado Mauricio Marcon; oitiva das seguintes testemunhas arroladas pelo Deputado Zé Trovão, objeto da Representação nº 27, de 2025 — Deputado Sargento Gonçalves e Deputado Alberto Fraga; oitiva dos representados, Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão.

A pedido do Deputado Fabio Schiochet, Presidente do Conselho de Ética, presidirei esta reunião de oitivas destinada à instrução dos presentes processos.

Em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura da ata.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Peço a palavra para fazer uma questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Prezado Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. não é membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e não se encontra apto a fazer nenhuma questão de ordem.

Eu posso ouvir a sua solicitação e analisá-la, mas já deixo claro que este Conselho de Ética não admitirá, por intermédio desta Presidência, nenhuma questão de ordem efetivada por não membro, nos termos do Regimento, tanto da Câmara dos Deputados quanto do próprio Conselho de Ética.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, então, em lugar de questão de ordem, enquanto a gente resolve esse imbróglio, quero aqui respeitosamente, dar-lhe as boas-vindas.

O senhor não presidiu as reuniões anteriores e, obviamente, não tem obrigação de saber tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Aguarde só um minuto, Deputado Marcel.

Eu peço à assessoria que fixe o tempo de 3 minutos, por gentileza.



**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS)** - Há uma mudança substancial de rumos aqui que precisa ser corrigida. Até o momento, sempre tive absoluto direito às questões de ordem, inclusive porque sou representado.

Quero que esse direito que me foi conferido nas últimas reuniões seja garantido mais uma vez. Afinal de contas, nós precisamos que tudo aqui seja feito conforme o dispositivo regimental.

O art. 50. do Regimento Interno diz que haverá uma ordem, e essa ordem inclui a discussão e a votação da ata da reunião anterior. Nós já tivemos esse problema ontem. A leitura da ata foi postergada. Aliás, a leitura foi feita, perdão, mas a retificação foi postergada para um momento dito oportuno, mas até agora não sabemos quando será feita a aprovação e como ficou a ata com as retificações.

No caso específico da reunião deste colegiado, em uma sexta-feira, repito, quando este colegiado não costuma se reunir, nós precisamos ainda mais que tudo seja feito de forma transparente, porque muitas pessoas não estão aqui. Deputados inclusive não estão aqui. Eles estão acompanhando *on-line*, estão acompanhando virtualmente e vão querer saber exatamente aquilo que está e não está na ata.

Então, a leitura da ata de ontem é fundamental.

Eu considero que esta reunião jamais poderia estar acontecendo no dia de hoje. Nós estamos aqui tratando de uma reunião no dia seguinte a uma intercorrência de saúde muito grave do Deputado Marcos Pollon. Ele está com atestado de saúde.

Consulto a Mesa, após a minha manifestação, se o atestado dele chegou.

Ele está, até onde é do meu conhecimento, impossibilitado de participar da sessão. Ele mandou apenas uma mensagem para agradecer o suporte que nós demos ontem. Claramente, ele está sem condições de participar de reunião do Conselho. O atestado dele é de 9 dias. Sinceramente, é um atestado que dificilmente — todos nós sabemos — alguém tem emitido pela Câmara dos Deputados em condições normais. É completamente diferente a sua situação.

Foi nomeado um defensor dativo, de quem eu gostaria de ouvir, antes de iniciar esta reunião, se há condições de prosseguir.

Não há como prosseguir, Sr. Presidente, uma reunião nessas condições, em que um dos representados simplesmente não pode estar presente por questão de saúde. Se ele não viesse por não querer, poderia ser condenado à revelia e seria outra história. Mas



ele não está aqui por condição de saúde e, se nós insistirmos no prosseguimento, será mais uma causa muito séria para a nulidade dos atos que estão sendo realizados aqui no Conselho de Ética, que está sendo usado para perseguir os Deputados e não para fazer um julgamento justo.

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Pois não, doutor.

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Eu sou Clebson, da Advocacia da Câmara dos Deputados.

Nos termos que foram bem aduzidos pelo Deputado Marcel van Hattem, o art. 362 do Código Processo Civil, no seu inciso II, prevê que a audiência deverá ser adiada. Esse artigo tem aplicação subsidiária a todos os processos, como é de conhecimento na seara jurídica. A audiência deve ser adiada quando uma das partes, por motivo justificado, não puder comparecer, e a presença dessa parte seja imprescindível à realização dos trabalhos. É exatamente o caso que ocorre nesta assentada, em que houve a apresentação de um atestado médico, de um atestado de saúde devidamente firmado por médico oficial — temos que registrar isso.

Nós entendemos, na linha do que foi argumentado aqui, um evidente prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, porque um dos representados não se encontra presente a este ato. Por isso, nós apresentamos este requerimento para a apreciação de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Recebo o requerimento apresentado pela ilustre defesa do Deputado Marcos Pollon, assim como o requerimento apresentado pelo Deputado Marcel van Hattem.

Especificamente com relação à ausência do representado, é preciso ficar claro que o nosso Regimento Interno estabelece, com certa clareza, que é uma faculdade do representado se fazer presente. Não podendo se fazer presente, ele pode, obviamente, manifestar toda a sua defesa por intermédio do seu advogado.

Especificamente com relação à situação do Deputado Marcos Pollon — iríamos esclarecer sobre isso na sequência, e isso foi antecipado —, ele apresentou o atestado médico à Presidência deste Conselho de Ética. Esse atestado foi recebido.



De igual maneira, o Conselho de Ética também teve o cuidado de fazer a notificação ao Deputado Marcos Pollon, para que pudesse, se entendesse necessário, apresentar sua defesa técnica. S.Exa. não o tendo feito, seria necessário que nós nomeássemos o defensor dativo, como foi feito.

É isso que V.Exa. está fazendo nesta ocasião com muita maestria.

Por essa razão, esta Presidência entende que não se encontram prejudicados os princípios do contraditório e da ampla defesa, especificamente porque o objetivo desta reunião é prosseguir na instrução, ouvindo de maneira absolutamente imparcial e equidistante as testemunhas arroladas pelos representados. Portanto, vamos dar prosseguimento a esta audiência, objetivando a instrução desta representação no Conselho de Ética e, sem sombra de dúvida, garantindo a mais ampla defesa e o contraditório a todos os representados, estejam presentes ou não a esta sessão.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Presidente, a decisão já foi tomada, como V.Exa. mencionou, mas eu estou com um certo cuidado aqui, porque me parece que essa faculdade seria um direito do representado. A julgar pelos 3 dias que eu passei ao lado dele, penso que ele provavelmente fará questão de estar presente. Então, eu estou com um certo cuidado. Pelo jeito, nós vamos trabalhar muito hoje, mas eu realmente não gostaria que fosse em vão, por poder haver uma nulidade.

Quem estava aqui ontem viu — e eu até achei acima da média — que o Deputado estava passando mal e, ao final, pegou um microfone aqui para falar com o advogado Dr. Chiquini sobre uma orientação.

Então, Presidente, estou tendo o cuidado de lhe pedir uma reflexão. Vamos em frente, se for o caso, porque estamos aqui para respeitar a Casa. Essa faculdade de estar presente deve ser opção do representado, e me parece que ele faria questão.

Queria deixar essa questão para ser apreciada por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Aprecio com muita clareza essa questão apresentada pelo nobre advogado e deixo claro que, ainda que se cuide de um direito do representado, é preciso ficar claro — e esta Presidência adotará todas as medidas para dar continuidade à instrução — que essa situação não pode, em hipótese alguma, facultar o direito da Mesa de dar continuidade à instrução dos trabalhos.



Nós podemos asseverar, com muita transparência e clareza, que vamos garantir total transparência aos nossos trabalhos, obviamente ressalvada a possibilidade que as defesas têm, eventualmente, se houver violação da prerrogativa de quem quer que seja, de acessar o Poder Judiciário para tanto ou de fazer recurso das decisões desta Presidência ao próprio Presidente da Câmara dos Deputados. O nosso objetivo é dar prosseguimento à instrução, não aceitando — o que não é o caso — que nenhuma manobra protelatória possa impedir os trabalhos desta Comissão. Estamos aqui para permitir que a instrução seja feita de maneira transparente e equidistante, e assim o faremos.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, na verdade, o que a gente está vendo aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, eu quero entender o que V.Exa. pretende agora. V.Exa. já levantou um requerimento, e eu tratei do seu requerimento.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu pretendo a garantia de defesa...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - É outro requerimento?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - É sim, senhor, mas o anterior ainda não foi tratado. Eu quero a leitura da ata e a retificação da leitura feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Faremos a leitura da ata se V.Exa. permitir que eu dê continuidade à sessão.

Eu o observo como um Deputado extremamente combativo, e respeito muito isso. Se V.Exa. permitir que eu dê continuidade à sessão, a leitura da ata será feita, assim como a resposta à questão do atestado do Deputado Marcos Pollon, que também será dada na sequência. Nós temos uma sequência a ser seguida pela Presidência desta sessão, e ela será feita.

Como os requerimentos — não as questões de ordem — estão sendo feitos de maneira extremamente açodada, no nosso sentir, nós não estamos tendo condição sequer de dar continuidade ao que está previsto na sequência da Mesa, para que V.Exa. possa exercitar plenamente seu direito aos requerimentos.



**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu confesso que eu me surpreendo, mas o senhor certamente não acompanhou o que aconteceu nos últimos 3 dias aqui no Conselho de Ética, e por isso não deveria ser causa de surpresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Acompanhei, com certeza. A sua fala não faz nenhum sentido.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu supus, e supus mal, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeito. Então, aceito as suas escusas.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Então, tendo V.Exa. acompanhado o que aconteceu, fico surpreso com a sua atitude.

Sr. Presidente, eu sou um Deputado combativo e combaterei até o fim qualquer tipo de abuso, qualquer tipo de cerceamento ao direito de defesa. Está sendo invertida aqui a noção de que quem tem a condição de se defender é quem tem a faculdade também de dizer se quer ou não estar presente. O Deputado Pollon não consegue decidir sobre isso, porque ele está de atestado médico. Então, se ele não consegue decidir a respeito da participação ou não, é evidente que, como disse o seu defensor...

Aliás, eu também me pergunto até que ponto o Deputado Pollon está confortável com o defensor. Há zero questionamento a respeito da competência dele, que é servidor da Casa e, certamente, muito competente. O defendido, o representado precisa ter um contato...

Aliás, pergunto ao defensor se houve contato com o seu representado até o momento.

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Excelência, não, não houve contato pessoal com o Deputado, devido à impossibilidade física e à condição de saúde dele.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Como o representado vai poder organizar a sua defesa durante a fase de instrução, que é fundamental para a sua condição de representado, se ele não conseguiu sequer conversar com o seu defensor, Presidente?

Por isso, entendo que é razoável e é o mínimo que se espera que esta sessão seja suspensa, cancelada, encerrada, e que nós retomemos os trabalhos quando o Deputado Pollon, pelo menos, tiver condição de falar com o seu defensor e de dizer se, apesar de estar de atestado médico, prefere não participar e que a sessão continue. Agora, permitir



que continuemos nesta reunião sem que o Deputado Marcos Pollon sequer tenha demonstrado se quer ou não participar... Aí está, realmente, a palavra "faculdade", que V.Exa. muito bem utilizou da forma interpretativa correta para a defesa. Enquanto ele não tiver condições, não há condições de continuar com esta reunião, Sr. Presidente.

Esse é o meu entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, respeito o seu entendimento e entendo que essa questão está superada.

Quero deixar claro a este Conselho de Ética, conforme os precedentes que foram feitos... Eu cito aqui claramente aqueles casos de que participamos na condição de Relator como, por exemplo, do Deputado Eduardo Bolsonaro e da Deputada Carla Zambelli, que não puderam estar presentes. De igual maneira, a instrução prosseguiu sem que houvesse qualquer prejuízo para qualquer um dos Deputados neste Colegiado, razão pela qual nós entendemos que essa situação encontra-se superada.

Os requerimentos estão indeferidos pela Mesa.

Dando prosseguimento à sequência deste Conselho, coloco em votação a Ata da 23ª Reunião desse Conselho, realizada no dia 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados que aprovam a referida ata permaneçam como se encontram...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, a leitura da ata, nós pedimos a leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Faremos a leitura daquela que se encontra aprovada.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas como vamos aprovar antes? V.Exa. não leu a retificação ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Nós vamos fazer a de hoje.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas nós perguntamos: e a retificação da ata de ontem como está? Nós perguntamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Na próxima ata, haverá essa retificação.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, não, não... Nós pedimos ontem, Presidente. É a ata de ontem. Como é que não vai...





**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - A publicação já foi efetivada.

Estou sendo informado pela consultoria de que as retificações serão efetivadas na próxima ata, porque a ata da reunião de ontem já foi publicada.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, mas a gente precisa saber se ela foi retificada. Por isso, precisam ser lidas as retificações das atas do dia 10...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Todas as suas questões serão feitas no momento oportuno da publicação da ata, e o senhor poderá fazê-las, na sequência, sobre isso.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas, Presidente, como se vai aprovar uma ata cujas retificações não foram feitas? Agora, a gente está tratando da aprovação de uma ata que sequer teve oportunidade de ser retificada.

Eu participei dos eventos de ontem e preciso saber o que está nessa ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - V.Exa. saberá quando as retificações forem efetivamente publicadas. Nós já estamos discutindo isso com muita clareza.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas há duas atas. Vamos por partes, há duas atas. Há uma ata que foi lida ontem, cujas retificações foram feitas aqui — agradeço V.Exa. pela oportunidade de explicar —, mas que ainda não vimos serem efetivadas. E há uma ata que o senhor quer aprovar agora, cujas retificações ainda não foram propostas. Como nós vamos aprovar a ata da reunião de ontem sem ter a oportunidade de retificá-la? Nós precisamos retificá-la, se porventura houver alguma coisa naquela ata que não confira com o que foi dito ontem, como aconteceu no dia anterior.

De novo, eu faço uma nota de louvor à assessoria deste Conselho de Ética, à assessora da Mesa Adriana, que está ao seu lado e que é muito competente. Eu repito que, mesmo as mais competentes pessoas e assessorias — englobando toda a assessoria do Conselho de Ética — eventualmente têm esquecimentos que geram omissões na ata, porque existem muitas informações.

Na ata do dia anterior, havia algumas omissões que nós corrigimos. Se não tivessem sido corrigidas — foram feitos todos os registros, e eu estou aqui com eles mencionados —, nós teríamos ainda mais problemas no nosso direito à ampla defesa. Há retificações da ata anterior que nós gostaríamos de saber se realmente foram feitas como,





por exemplo, um pedido dos advogados. Foi feito o pedido de que se incluísse na ata que o advogado solicitou o adiamento da reunião anterior, mas o Presidente indeferiu...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eminente Deputado Marcel, eu já lhe disse que essas retificações não constaram da ata que fora publicada.

Eu deixo com muita clareza, para todo o Conselho compreender, que a ata é um documento administrativo que se cinge às questões essenciais do que aconteceu na reunião.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não é administrativo...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Ela é um documento administrativo.

É preciso ficar claro que o inteiro teor de tudo aquilo que foi discutido se encontra nas notas taquigráficas desta Comissão. Então, de maneira muito respeitosa, o que foi publicado atende plenamente aos critérios objetivos previstos no nosso Regimento Interno.

Deixo registrado com muita clareza que o inteiro teor das notas taquigráficas se encontra disponível para que cada um dos Deputados representados possa se valer dele para o exercício de sua ampla defesa, para o exercício do contraditório, da maneira como entender pertinente. Não há nenhuma dificuldade nesse sentido.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, nós temos o inteiro teor das notas taquigráficas do dia anterior; e no inteiro teor havia uma informação que até agora não foi confirmada pela Mesa. Havia a informação de que o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança teria um voo e que não poderia falar naquele momento, e o Presidente Schiochet aquiesceu em sua participação. Inicialmente, a Mesa havia dito que não, que não havia acordo para isso, e nós insistimos. Isso não estava na ata. Tivemos que recorrer às notas taquigráficas.

Olhe o trabalho que dá, Presidente! Eu não sou contra trabalhar, eu sou a favor de exercer o direito à ampla defesa e de uma forma objetiva, para a gente poder andar com o processo, sim.

Finalmente, quando apresentamos...

*(Desligamento do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, o seu tempo se esgotou.

Deixe-me ser bem objetivo com relação a essa questão. Vamos nos socorrer do que estabelece o nosso Regimento.

O que deve constar da ata? É muito claro o que deve constar da ata, conforme dispõe o art. 63:

*Art. 63.....*

*I - data, hora e local da reunião;*

*II - nomes dos membros presentes e dos ausentes, com expressa referência às faltas justificadas;*

*III - resumo do expediente;*

*IV - relação das matérias distribuídas, por proposição, Relatores e Relatores substitutos;*

*V - registro das proposições apreciadas e das respectivas conclusões.*

Eu deixo expressamente consignado que todas essas questões obrigatórias de constar nas atas constaram delas efetivamente, razão pela qual, mais uma vez, entendo que essa questão está claramente superada. Nas atas está constando isso, mas, por deferência a V.Exa., sem prejuízo de deixar consignado, mais uma vez, que o inteiro teor das notas taquigráficas está disponível para os representados, nós entendemos que essa é uma questão superada e vamos dar prosseguimento à reunião deste Conselho de Ética.

Marcel, Deputado Marcel...

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Como é que vai constar nas notas taquigráficas se meu microfone está desligado?

Se nós...

Repetirei o argumento feito. Desculpe, Presidente, todos aqui estamos muito cansados e, obviamente, eu também. Mas vamos seguir enfrentando este processo, por mais kafkiano que seja. *(Pausa.)*

Se há possibilidade de retificação da ata, significa que a ata pode conter falhas. Dizer que a ata, por ser ata e por conter os principais atos administrativos, é suficiente para aprová-la, sem retificação, sem sua leitura e sem sua discussão é dizer que todos aqui são absolutamente perfeitos e que nós só precisamos chancelar o que foi feito.



Para as nossas defesas, é absolutamente necessário que nós tenhamos aqui, hoje ainda, agora, o conteúdo da retificação da ata de ontem, para saber se esse conteúdo confere com aquilo que nós defendemos. Vale para mim, vale para os demais defensores. Então, Presidente, nós estamos só pedindo algo que é nosso de direito.

Aliás, aqui cabem parênteses, porque nós iniciamos com o clima muito quente. Eu tenho uma profunda consideração pelo senhor, desde o primeiro meu mandato aqui como Deputado Federal. Tenho respeito pela sua trajetória. Não nos encontramos neste Conselho de Ética... Pela primeira vez eu sou representado aqui no Conselho de Ética, inclusive pelo PT e pela Esquerda.

Repito o que eu disse ontem ao Deputado Josenildo e ao Deputado Moses: esta situação é absolutamente constrangedora para todos nós. Um dia o senhor está aí; outro dia eu posso estar sentado na sua cadeira, e eu lhe darei todo o tratamento, como V.Exa. está me dando neste momento, de poder exercer sua ampla defesa. Agora, o que eu preciso...

O senhor está dando esse tratamento para que eu use a palavra na minha defesa agora, mas não está dando os instrumentos para a minha ampla defesa, e os instrumentos para a minha ampla defesa são muito mais importantes do que a minha palavra, porque, se os instrumentos estivessem garantidos, eu não precisaria estar fazendo questão de ordem. Se os instrumentos fossem garantidos — a leitura da ata, as retificações, todos os demais, a garantia de o representado estar aqui conosco —, eu não estaria fazendo questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eminentíssimo Deputado Marcel, observo que os seus requerimentos focam basicamente na situação do Deputado Marcos Pollon, e é preciso ficar claro que pouco focam na violação ao seu direito de defesa. É preciso ficar claro a este Conselho de Ética.

E vou além. Especificamente com relação à questão das retificações da ata, é preciso fazer, também com certa clareza, uma distinção muito objetiva entre o que é retificar e o que é aditar ou aditar uma ata. A retificação, tão apregoada por V.Exa., seria o apontamento de erros, o apontamento de eventuais equívocos. E essas questões não foram e não estão sendo apresentadas neste momento.

Se V.Exa. quiser apresentar um aditamento à situação, V.Exa. poderá fazê-lo na reunião seguinte, que é o que prevê o § 7º do art. 95 do nosso Regimento.



Art. 95.....

.....  
*§ 7º O Deputado que quiser comentar, criticar a decisão do Presidente ou contra ela protestar poderá fazê-lo na sessão seguinte, tendo preferência para uso da palavra, durante dez minutos, à hora do expediente.*

É o caso de V.Exa.

Entendo, portanto, que essa questão, mais uma vez, está superada.

Francamente, com o devido respeito, estamos apenas e tão somente tentando dar continuidade a uma reunião instrutória para ouvir as testemunhas. E não consigo entender, com toda clareza, por que toda essa dificuldade em dar andamento à instrução probatória nesse processo, sem violação do direito de quem quer que seja.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Sr. Presidente, só para esclarecer, e eu entendo a palavra de V.Exa., mas é um *delay* só de 1 dia, porque foi feita uma retificação na anterior, e nós só gostaríamos de saber se essa retificação foi efetivada, porque aí seria nessa. A leitura que V.Exa. fez está certíssima, é na de ontem que nós estamos falando.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, eu tenho também uma consideração a fazer, que é a seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Só respondendo, doutor, a de ontem ainda não foi feita, nessa que fora publicada. E a nossa Assessoria informa que, havendo essas retificações, elas já serão efetivadas na próxima ata publicada, na próxima sessão.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas, Sr. Presidente, como é que... Está tudo tão corrido, que a Assessoria não está conseguindo fazer a ata. A verdade é essa, Presidente.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - É que ontem nós pedimos a retificação da de antes de ontem. Então, agora seria essa correção da de antes de ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Exatamente isso. Será feito na próxima ata a ser publicada.

E a Assessoria nos informa que todas as retificações eventualmente apresentadas — e não se trata aqui, repito, de adição de fato novo —, as retificações serão



apresentadas na próxima ata, esclarecendo, de maneira retroativa e sequencial, eventuais equívocos que ocorreram em atas anteriores.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, ocorre o seguinte: é que as coisas estão sendo feitas de uma forma tão rápida, que a Assessoria não está tendo tempo, por mais competente que seja, para fazer a ata. E não está tendo tempo porque nós estamos aprovando ata que não foi escrita. É isso que eu estou entendendo aqui. Aí, eu quero fazer um comentário a mais.

V.Exa. disse aqui, e corretamente, que eu não comecei a me defender sobre o meu direito de ampla defesa ferido. E é verdade, porque eu começo defendendo sempre quem está ao meu lado na trincheira, ainda mais sem condições de estar comigo aqui, que é o Deputado Pollon. Eu começo defendendo o Deputado Pollon, que não pode estar comigo, e depois continuo...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Esta Presidência vai interferir diretamente em sua fala, Deputado Marcel, especificamente porque V.Exa. não é procurador do Deputado Marcos Pollon e não está aqui para poder representá-lo.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas o nosso processo está apensado, Presidente. Nós estamos juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Enquanto Presidente desta Comissão, eu não permitirei que manobras protelatórias sejam efetivadas, como aconteceu na sessão de ontem, para que esta Presidência não dê andamento aos trabalhos desta Comissão.

Informo que daremos seguimento aos trabalhos desta Comissão e que, no momento oportuno, V.Exa. terá total e integral condição de se manifestar, mas especificamente com relação à situação do Deputado Marcos Pollon — que não se cuida de sua defesa pessoal —, eu peço a V.Exa. que se mantenha adstrito à sua situação de representado neste momento, para que a gente possa permitir que a defesa apresentada aqui pelo Deputado Marcos Pollon possa se manifestar naquilo que se refere aos interesses do Deputado Marcos Pollon.

Compreendo com clareza as preocupações dessa representação, mas não consigo, mais uma vez, repito, enxergar o que V.Exa. está pretendendo neste momento, já que nós enfrentamos a questão da retificação da ata — a Assessoria apresentou as suas



argumentações e disse que irá efetivar as retificações na próxima ata. Compreendo que temos um prazo exíguo. Essa questão está sendo enfrentada por nós para que possamos tentar instruir esse processo de maneira extremamente objetiva, garantindo o contraditório e a ampla defesa, mas é preciso ficar claro que requerimentos protelatórios não serão aceitos por esta Presidência. E nós vamos dar prosseguimento à sessão deste Conselho de Ética.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Peço a palavra como Líder do NOVO.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Defiro o pedido de V.Exa. de uso do tempo de Líder, tendo em vista que chegou para a gente aqui a delegação da Liderança do NOVO, atribuída ao Deputado Marcel van Hattem, para usar o tempo determinado à Liderança da Minoria.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, do NOVO.

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeito, Deputado Marcel van Hattem. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Deputado Delegado Marcelo Freitas, parece-me que o Alexandre de Moraes está fazendo escola aqui na Câmara dos Deputados. Parece-me que o Supremo Tribunal Federal, em vez de ser combatido por esta Câmara, está sendo incensado por suas lideranças e sendo imitado pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados!

Deputado Delegado Marcelo Freitas, com todo o respeito que tenho a V.Exa., estou aqui buscando o direito da minha defesa. E, se eu estou defendendo o Deputado Pollon, é por responsabilidade deste Conselho de Ética, que apensou os três casos, quando são casos individuais. Nós estamos, todos os dias, pedindo para se desapensarem os três casos. Mandamos ao Presidente Hugo Motta, inclusive, requerimento, e ele até hoje não desapensou os três casos.

Sr. Presidente, não há motivo — peço a V.Exa. que considere com atenção esta minha fala —, não há motivo para a gente fazer instrução numa sexta-feira. O prazo para a apresentação do relatório do Deputado Moses é 22 de fevereiro de 2026. O prazo de instrução é 12 de fevereiro de 2026. O Conselho de Ética não se reuniu nenhuma vez em quinta-feira ou em sexta-feira neste ano. Não há justificativa para o que está sendo feito



aqui. Não há explicação, a não ser a de que alguém quer uma punição, fora do devido processo, para os três Parlamentares, hoje vítimas de uma perseguição não só da Esquerda, o que nós estamos vendo aqui agora.

Os Deputados Lindbergh Farias, Talíria Petrone e Pedro Campos — PT, PSOL, PSB — foram os que entraram contra nós aqui no Conselho de Ética, pedindo a nossa suspensão, até cassação. Esses três partidos são useiros e vezeiros de manifestações violentas, de ocupação de espaço desta Câmara dos Deputados de uma forma ilegal, que não foi o que nós fizemos. Nós fizemos uma manifestação absolutamente pacífica. Ocupamos a Mesa Diretora sem agredir ninguém, sem levar marmita para comer em cima da mesa, sem desrespeitar a Presidência da Casa, aliás, apoiando a Presidência da Casa para que ela pudesse pautar a anistia. E por isso foi feito um acordo para que nós pautássemos o que o povo pede. E ainda assim não foi cumprido até agora. O que foi votado não foi anistia.

Mas, além dessa perseguição da Esquerda, eu percebo, Deputado Delegado Marcelo Freitas, que há decisão de outras pessoas dentro desta Casa em andar com o processo dessa maneira. Não se permita ser utilizado dessa maneira por quem quer que seja, Deputado Delegado Marcelo Freitas! Não permita que V.Exa., que veio de Minas Gerais especialmente numa sexta-feira, porque não estava previsto V.Exa. estar aqui na Câmara hoje para presidir esta sessão espúria do Conselho de Ética... Não permita que a sua história seja manchada, Sr. Deputado Delegado Marcelo Freitas, por um processo de exceção, porque, se há excepcionalidade em reunir o Conselho de Ética na quinta-feira e na sexta-feira, como disse o Sr. Relator, é porque este é um processo de exceção.

Vamos respeitar a história deste Conselho de Ética, vamos respeitar a história deste Parlamento, respeitar a história do povo brasileiro que sofre! Eu sei que V.Exa. tem empatia por aqueles que foram perseguidos pelo 8 de Janeiro, por aqueles que foram presos injustamente — o Deputado Moses Rodrigues, da mesma forma —, por aqueles que estão sofrendo até hoje os abusos de autoridade cometidos por Alexandre de Moraes. Não permitam V.Exas. ser também utilizados para abuso de autoridade contra colegas Parlamentares. Eu sou seu colega, tão Deputado quanto o senhor; e o senhor, tão Deputado quanto eu. Se o senhor estivesse sentado no meu lugar, eu faria pelo senhor o que eu peço que o senhor faça por mim, de acordo com o Regimento, nada mais, nada menos.





Por que estamos nos reunindo numa sexta-feira? O Relator tem prazo até o dia 2 de fevereiro. Isso prejudica — agora falo da minha defesa — a participação do meu advogado, que, aliás, ainda não está presente e vai participar, se der, remotamente, porque ele já tinha inúmeros outros compromissos agendados para hoje também. O advogado que está aqui, o Dr. Eduardo, cancelou inclusive viagem para estar conosco aqui, mas ele sabe que isso não é normal, porque às terças-feiras e quartas-feiras é quando este Conselho se reúne. O Deputado Marcos Pollon, que está também conosco arrolado neste mesmo processo, está em casa doente, com 9 dias de atestado, tendo um defensor dativo com o qual ele sequer conversou para tratar da sua defesa, e V.Exa. decide continuar a reunião?

Por favor, Deputado Delegado Marcelo Freitas, por favor, Deputado Moses Rodrigues, vamos seguir simplesmente o Regimento, o bom senso, o Código Penal brasileiro e as demais leis! Vamos encerrar esta reunião e recomeçar na terça-feira com toda a possibilidade de defesa, sem obstrução! Não farei nada que está fora do Regimento. Vamos tratar do nosso direito de defesa. Vamos fazer...

*(Desligamento do microfone.)*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Vamos ouvir os Deputados que estavam arrolados: o Líder da Oposição Zucco, Alberto Fraga. Todos estarão aqui na terça-feira. Vão todos entrar *on-line*.

Isso tudo prejudica o direito da defesa.

Eu faço só esse apelo, Deputado Delegado Marcelo Freitas. É só esse apelo que eu faço. Não vamos repetir aquilo que Alexandre de Moraes faz no STF contra o Parlamento. Eu sei que V.Exa. se insurgiu contra a decisão do Alexandre de Moraes no caso de Zambelli, porque nós aqui, independentemente do seu ou do meu voto, queremos que a Câmara seja respeitada. Não vamos repetir aquilo que os algozes do Poder Legislativo têm feito contra nós dentro desta Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, com todo o respeito, *data maxima venia*.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Marcel, pelas considerações. Recebo, com muita serenidade, as suas palavras.

Superadas as questões iniciais, nós gostaríamos de dar prosseguimento a esta sessão do Conselho de Ética...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Questão de ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Aguarde só um minuto, Deputado Cabo Gilberto. Eu só preciso concluir a minha fala.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Sim, Sr. Presidente. Perdoe-me. Pode falar à vontade, use o tempo que o senhor achar necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, eu trato com muito respeito V.Exa. Observo, com muita tranquilidade, a sua fala combativa.

O nosso propósito não é violar o direito de quem quer que seja...

*(Manifestação no plenário.)*

Deputado Cabo Gilberto, eu não vim aqui para fazer nenhuma gracinha em plena sexta-feira. Então, vou permitir...

*(Manifestação no plenário.)*

Não adianta tentar fazer deste Conselho de Ética um circo, não. Atenha-se ao seu momento de fazer questão de ordem. A reunião vai continuar da mesma maneira. Quanto mais o senhor tentar...

*(Manifestação no plenário.)*

O senhor me respeite também. Eu não estou aqui para fazer nenhuma gracinha, não.

*(Manifestação no plenário.)*

Aqui também não, aqui também não.

Então, o senhor passe a respeitar as pessoas. Não venha para cá fazer deste Conselho de Ética um circo, não. Não venha aqui fazer deste Conselho de Ética um circo, não. Não venha aqui fazer deste Conselho de Ética um circo.

*(Manifestação no plenário.)*

Você está me chamando de quê? Eu não o chamei de palhaço, não. Você acabou de falar isso aí. Você acabou de falar isso aí...

*(Manifestação no plenário.)*

Por quê? Por quê? Ninguém falou isso. Ninguém tratou disso.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Não é assim não, rapaz. O senhor me respeite, Presidente. O senhor me respeite.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, agradeço as considerações de V.Exa. Observo, com certa clareza, que chegamos



a este Conselho de Ética para instruir esse processo, e vamos dar andamento à instrução dele.

Quero deixar claro a cada um dos Deputados e à defesa aqui presente que trabalhei, nos últimos 25 anos, como delegado de Polícia Federal. Trabalhei especificamente com advogados combativos, com pessoas combativas, com cabos e soldados que imaginaram que pudessem chegar à nossa delegacia e fazer dela um quartel, mas não o fizeram. E também não farão deste Conselho de Ética nada que não seja dessa maneira.

*(Manifestação no plenário.)*

Então, eu abrirei o microfone, nesta oportunidade, para o Deputado Cabo Gilberto Silva, que é membro deste Conselho de Ética, para que ele possa fazer a sua questão de ordem pelo tempo de 3 minutos.

Já peço, Deputado Cabo Gilberto, que nos informe, por gentileza, o fundamento inicial de sua questão de ordem.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Só um minuto, por gentileza, Sr. Presidente. Eu me atrapalhei aqui. Eu sou cabo com muito orgulho, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Peço que reponham o tempo do Deputado Cabo Gilberto.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Eu respeito muito, eu respeito a patente do senhor de delegado da Polícia Federal. Agora, o senhor não pode me chamar de palhaço, não, Presidente. Aqui ninguém está com brincadeira, não. A palavra está comigo, Presidente. Eu escutei o senhor falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - A única pessoa que falou "palhaço" foi você. Eu não falei.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - O senhor falou "circo" e "gracinha".

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu não falei.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - E quem faz gracinha em circo, Presidente? É palhaço. O senhor acha que eu sou idiota, Presidente? O senhor acha que eu queria estar aqui? Se o senhor não tem condições psicológicas de estar aqui como Presidente da reunião do Conselho de Ética, que o senhor não aceitasse essa missão. A palavra está comigo, Presidente, por 3 minutos.



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu peço que o senhor apresente o fundamento da sua questão de ordem, por gentileza.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Eu estou respondendo o que o senhor está me perguntando, Presidente. Eu estou respondendo o que senhor está me perguntando.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu peço que o senhor apresente o fundamento da sua questão de ordem, por gentileza.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Eu vou apresentar, mas o senhor está me questionando, e eu estou respondendo.

Art. 41...

Eu faço questão de que o Regimento seja cumprido.

Quando eu cheguei aqui, o senhor já estava brabo, gritando, falando de protelação.

Isso é questão de Regimento, Presidente. O senhor sabe disso mais do que ninguém.

Eu tenho respeito por V.Exa. Nunca tive nenhuma discussão com V.Exa. aqui.

O senhor acha que eu queria estar aqui, Presidente? O senhor acha que eu queria estar aqui?

Trata-se do art. 41, inciso III. A ata, Sr. Presidente, tem que ser lida: *"III - fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e votação"*. Isso aqui é regimental! A gente trabalha, Sr. Presidente, com as armas que tem.

A estrutura da Câmara dos Deputados foi fechada ontem pelo Supremo Tribunal Federal mais uma vez. Isso aqui não era para estar acontecendo...

Eu faço um desafio aos senhores, com todo o respeito: quando tivemos quatro reuniões do Conselho de Ética aqui na Câmara dos Deputados? Digam-me! Se os senhores me disserem quando isso ocorreu nos últimos 15 anos, eu me retiro daqui agora e vou embora. Eu me retiro daqui, vou embora e deixo o Deputado Marcel van Hattem na cova dos leões.

Isso não aconteceu, Deputado Josenildo. Se aconteceu, foi na época do mensalão. O que era o mensalão? Várias confusões, Lula comprando a base parlamentar aqui no Congresso.

Eu estou cumprindo o Regimento, Sr. Presidente. Questões de ordem, protelar a sessão, isso está no Regimento.



Agora, quando eu cheguei aqui, o bom-dia que o senhor me deu foi desta forma, indiretamente me chamando de palhaço, falando de cabo, porque eu sou deputado e cabo, querendo me diminuir porque eu sou cabo, e o senhor é delegado. O que é isso, Sr. Presidente? O respeito que eu tenho por V.Exa. aqui não é de hoje.

Eu vim aqui para defender o Deputado Marcel van Hattem, defender o Deputado Marcos Pollon e defender o Deputado Zé Trovão. Estamos assumindo a Liderança da Oposição, e essa é a minha função. Em plena sexta-feira, numa sessão esdrúxula — com todo o respeito, Deputado Moses —, esdrúxula, numa sexta-feira, vocês estão dando muito na cara. Assim não dá, amigo!

Quer cortar a cabeça de Marcel, como o Ministro cortou ontem a de Carla Zambelli? Eu quero ver o que a Câmara vai fazer. Eu quero ver essa brabeza do senhor, Deputado Delegado Marcelo, eu quero ver essa brabeza da Câmara dos Deputados com o ditador da toga Moraes.

Eu queria ver essa brabeza dos senhores com o ditador Moraes! Vamos ter essa brabeza com o ditador Moraes? Vamos cumprir a Constituição? Ninguém quer! Mas, chamar Deputado aqui de "cabinho", de "palhaço", de "circo", isso é muito bom. Eu sou igual a V.Exas. Vamos reunir aqui os Parlamentares e colocar essa brabeza toda contra as decisões ilegais do ditador da toga Moraes? Ninguém quer! Eu quero ver o que a Mesa Diretora vai fazer, porque a Constituição é clara.

Então, Sr. Presidente Deputado Marcelo, com todo o respeito que eu tenho a V.Exa., eu não queria estar aqui na sexta-feira, tenha certeza absoluta disso. Eu estou aqui indignado. Era para eu estar na Paraíba desde quinta-feira, desde ontem. Fiquei aqui por conta disso, e estou aqui hoje novamente. Se o senhor me provar que houve reunião na sexta-feira, nos últimos 15 anos, eu me retiro daqui agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Cabo Gilberto, nós já fizemos reuniões na sexta-feira, a consultoria nos apresenta que isso já aconteceu.

De fato, algumas situações são aceleradas, até mesmo em razão da necessidade de se fechar o ano. Essa semana, nós fizemos votações até às 4 horas da madrugada, o que também não é usual na Câmara dos Deputados.

De fato, as retificações serão apresentadas na próxima ata. Na sequência, faremos a leitura da ata de ontem, sem haver necessidade de sua aprovação. Com relação aos



pedidos de retificação que eventualmente forem apresentados, nós faremos retificações e não adiões. Tomaremos nota aqui, por intermédio de nossa assessoria, da consultoria da Câmara, para que sejam aprovadas na reunião seguinte.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Moses que faça a leitura... *(Pausa.)*

Deputado Josenildo, V.Exa. pode, por gentileza, fazer a leitura da ata da sessão anterior?

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP) - Farei a leitura da ata da reunião anterior.

*"Aos 11 dias do mês de dezembro, de 2025..."*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Desculpe-me, seria possível imprimi-la, para que tenhamos uma cópia também?

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Embora ela tenha sido publicada, nós vamos imprimi-la. Quem mais deseja a impressão? *(Pausa.)*

Faça quatro cópias, por gentileza.

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP) - Leitura da ata da reunião anterior:

*"Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, quinta-feira, às nove horas e cinquenta e nove minutos, reuniu-se o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Fabio Schiochet. Registraram presença os Deputados Albuquerque, Cabo Gilberto Silva, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Sávio, Gustavo Gayer, João Leão, Josenildo, Ricardo Maia e Chico Alencar – titulares; Delegado Fábio Costa, Delegado Paulo Bilynskyj, Luciano Amaral, Moses Rodrigues e Ricardo Ayres – suplentes. Compareceram, também, os Deputados Adriana Ventura, Fabiano Cazeca, Marcel van Hattem, Maurício Marcon, Zé Trovão, Chris Tonietto, Luiz Lima, Marcos Pollon e Sargento Fahur. Não registraram presença os Deputados Acácio Favacho, Castro Neto, Dimas Gadelha, Fabio Schiochet, Fausto Jr., Gustinho Ribeiro, João Daniel, Maria do Rosário e Zé Haroldo Cathedral. ORDEM DO DIA: O Presidente em exercício, Deputado Albuquerque, esclareceu que a reunião se destinava a: 1) Oitivas das seguintes testemunhas arroladas pelo Deputado Marcel van Hattem, referentes à Representação nº 25/25: a) Deputado Zucco (continuação da oitiva), b) senhora Carolina Barreto Siebra, c) Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e d) Deputado Maurício Marcon; 2) Oitivas das seguintes testemunhas arroladas*



pelo Deputado Zé Trovão, referentes à Representação nº 27/25: a) Deputado Sargento Gonçalves e b) Deputado Alberto Fraga; 3) Oitivas dos representados: a) Deputado Marcos Pollon, b) Deputado Marcel van Hattem e c) Deputado Zé Trovão. Em seguida, o Presidente detalhou os procedimentos que seriam adotados nas oitivas e registrou a presença do Deputado Marcos Pollon e de seu advogado, Dr. Ricardo de Siqueira Martins, do Deputado Marcel van Hattem e de seu advogado, Dr. Jeffrey Chiquini, e do Deputado Zé Trovão e de seu advogado, Dr. Eduardo Barros de Moura.

Em seguida, o Deputado Marcel van Hattem solicitou a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi feita pelo relator, Deputado Moses Rodrigues. Foram sugeridas retificações, acatadas pelo Presidente. Fizeram uso da palavra o Dr. Eduardo Barros de Moura, Dr. Ricardo de Siqueira Martins, o qual requereu a presença de advogados da Seccional da Ordem dos Advogados do Distrito Federal, alegando ter se sentido prejudicado em suas prerrogativas de advogado. O Deputado Marcel van Hattem questionou se seria realizada a oitiva do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, sua testemunha de defesa. Em resposta, o Deputado Albuquerque informou que o Presidente, Deputado Fabio Schiochet, por acordo, a testemunha chamada que estivesse ausente não seria chamada novamente, resposta corroborada pelo relator. Fizeram uso da palavra o Dr. Eduardo Barros de Moura, o Deputado Luiz Lima, o Deputado Marcel van Hattem, o Dr. Ricardo de Siqueira Martins, e os Deputados Cabo Gilberto Silva, Marcos Pollon, Zé Trovão e Moses Rodrigues. Logo após, adentraram o recinto duas advogadas da Ordem dos Advogados do Brasil em atendimento à solicitação do advogado do Deputado Marcos Pollon. A pedido do Deputado Marcel van Hattem, o relator detalhou os prazos do trâmite da representação em tela. Em seguida, o Dr. Ricardo de Siqueira Martins comunicou sua renúncia como advogado do Deputado Marcos Pollon. Fizeram uso da palavra os Deputados Marcel van Hattem, Maurício Marcon, Chico Alencar e o Deputado Cabo Gilberto Silva, como líder. Em seguida, deu início à oitiva da senhora Carolina Barreto Siebra, fazendo a leitura do Termo de Compromisso de falar a verdade, o qual foi assinado pela testemunha. Ato contínuo, o Presidente concedeu a palavra ao relator, que inquiriu a





*testemunha. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Marcel van Hattem, o qual inquiriu a testemunha. Fizeram uso da palavra os Deputados Adriana Ventura e Moses Rodrigues. O Dr. Jeffrey Chiquini, que participou por videoconferência, iniciou seus questionamentos à testemunha. A reunião foi suspensa às quatorze horas e quarenta e três minutos e reaberta às quinze horas e quarenta e dois minutos. Fizeram uso da palavra os Deputados Marcel van Hattem e Moses Rodrigues, o Dr. Eduardo Barros de Moura, os Deputados Josenildo e Marcos Pollon, o qual se sentiu mal e foi levado ao Departamento Médico da Casa, motivo pelo qual a inquirição foi interrompida. Fez uso da palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante. Por fim, o Presidente informou que a Ordem dos Advogados seria oficiada para apurar a conduta não usual do advogado do Deputado Marcos Pollon, Dr. Ricardo de Siqueira Martins, o qual renunciou durante esta reunião como seu defensor. Presidiram, também, esta reunião os Deputados Cabo Gilberto Silva e Josenildo. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e três minutos. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Adriana Maria Dias Godoy Carneiro, Secretária, lavrei a presente ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fabio Schiochet, e encaminhada a publicação no Diário da Câmara dos Deputados.*

Foi lida a ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu indago aos senhores presentes se existe alguma retificação a ser efetivada na presente ata. (Pausa.)

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Tenho só uma consideração, acho que isto deve ter passado despercebido. No momento em que o advogado renunciou, eu lembro que o representado, o Deputado, solicitou a suspensão, o que acabou não constando aqui. Provavelmente, ele vai falar disso depois. Eu não lembro exatamente o momento da fala dele, mas ele realmente pediu a suspensão, em função da saída do advogado. Então, eu peço que, se possível, façam essa retificação. Não sei se todos se recordam disso.



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Está recebida a sua solicitação. Isso já está sendo registrado, para ser efetivado na sequência.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, acho que outro aspecto importante dessa ata é o pedido de defensoria dativa feito por mim, depois corroborado pelo Deputado Pollon.

Eu ainda insisto — veja bem como é importante a retificação da ata — no ponto em que se fala da testemunha Luiz Philippe de Orleans e Bragança. Nós levamos ao Presidente a nota taquigráfica, e o Presidente, ao lê-la, junto com o Relator, disse que estava acolhida a questão de ordem, mas não nos deu o retorno. Ele disse que nos responderia, mas, até o fim da reunião, não tivemos notícia da sua resposta sobre esse fato novo que nós trouxemos, sobre esse ponto.

Eu também queria dizer, Sr. Presidente, que está escrito que foram sugeridas retificações e que foram acatadas, mas não se diz quais são. Então, faço questão de mencionar todas aqui, antes de darmos prosseguimento.

Pedidos de retificação da ata anterior: incluir que o advogado tinha solicitado adiamento na reunião anterior, mas o Presidente havia indeferido, afirmando que o Deputado poderia comparecer, mesmo sem defesa técnica — isso não consta e, então, faço o pedido de novo; incluir, de forma expressa, que o advogado Jeffrey Chiquini informou previamente que não poderia participar da reunião no dia seguinte, por ter viagem marcada, e que isso não foi consignado adequadamente na ata; e incluir o registro de que o pedido de participação da OAB Prerrogativas foi indeferido pela Mesa. Esses três pontos não foram incluídos — eram pedidos dos advogados.

Agora, cito os meus pedidos. Peço o registro de que não tinha havido acordo, como haviam sugerido nas suas falas o Presidente e o Relator, sobre a condução das oitivas do dia. Específico: foi dito que, se uma testemunha faltasse, ela perderia a vez de falar, e que isso teria sido feito por acordo. Não foi, foi uma informação da Mesa — a defesa que se contentasse. Então, peço que se inclua isso.

Registre que, conforme alegado por mim, a condução adotada gerou prejuízo à defesa, pois testemunhas que deveriam ser ouvidas no dia não o foram, em virtude desse encaminhamento dado pela Mesa.



No meu nome — isso pode parecer pequeno —, a grafia de "van", inclusive nesta ata, permanece com "V" maiúsculo, mas é minúsculo, porque é uma preposição. Isso aparece incorretamente nas atas.

Também quero registrar que a ata não foi colocada em votação na ordem prevista pelo Regimento Interno, especialmente pelo art. 50.

Agora, faço os pedidos para que se faça consignar na ata desta reunião, na que acabou de ser lida, sobre nulidades e violações de garantias fundamentais. Solicito, Sr. Presidente, que seja incluída a nossa solicitação de suspensão imediata da reunião até a presença de um advogado constituído. Aliás, não sei se o Dr. Jeffrey Chiquini já entrou ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Já está *on-line*.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - O.k. Eu peço para incluir isso. Nós pedimos isso ontem, e não nos foi concedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, só quero esclarecer que, nos termos da Questão de Ordem 461/2009, o tempo destinado à retificação de atas, previsto para este Conselho, é de 3 minutos. Em deferência à sua situação, tendo em vista que nós estamos tratando de duas atas distintas, eu vou lhe permitir mais 3 minutos para fazer o aditivo nesta ata, sem prejuízo de que esta Presidência solicite a V.Exa. que todos esses apontamentos — alguns, de fato, são casos de retificação, como é o caso do "van Hattem", por exemplo, e alguns são casos de adição — sejam apresentados por escrito, para que a gente possa fazer constar da ata que será apreciada na próxima sessão, sem violação da prerrogativa de quem quer que seja.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Assim procederemos, Sr. Presidente. Então, falarei o que for possível, ainda nos 3 minutos. É que foram violações demais que não cabem dentro do tempo de 3 minutos.

Solicito o registro de que prosseguir sem advogado viola o art. 15 do Código de Ética e o art. 5º, LV, da Constituição; o reconhecimento de que qualquer ato sem defesa técnica é nulo de pleno direito; o registro de que o defensor Jeffrey Chiquini não estava presente e somente ingressaria às 14 horas; o registro de que o pedido feito à Mesa para acionar a OAB Prerrogativas foi indeferido, obrigando as defesas a acionarem



diretamente a OAB. Esse indeferimento deve constar como dado relevante para fim de nulidade.

Sobre a condução da reunião, Sr. Presidente, eu quero que se registre que a reunião ocorreu numa quinta-feira, dia de regime presencial, mas foi conduzida como semipresencial, contrariando o Ato da Mesa nº 123, de 2020. Quero que fique consignada a alegação de que isso, por si só, gera nulidade.

Peço que seja registrado que a reunião não foi suspensa para almoço, apesar de solicitado pelo Deputado Marcel; pelo Deputado Cabo Gilberto, aqui presente — que confirma —; e pelo advogado Jeffrey Chiquini, que entraria após o almoço. Peço que conste em ata que o direito de alimentação dos representados estava sendo desrespeitado, o que foi registrado pelo Deputado Zé Trovão.

Sobre a oitiva das testemunhas, quero registrar a minha manifestação de que não houve acordo para alterar a ordem ou o conjunto de testemunhas. Quero registrar a minha afirmação de que a decisão do Presidente e do Relator, ao dizer que a única exceção do dia seria o caso do Deputado Zucco, produz prejuízo à defesa, pois testemunhas que não conseguiram ser ouvidas, por delongas anteriores, não seriam ouvidas ontem.

Quero registrar, ainda, o pedido para a reconsideração da oitiva do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, pois ainda não houve notícia sobre isso.

Sobre as decisões do Presidente, os indeferimentos que devem constar como fato: indeferimentos diretos; todos os pedidos de suspensão e de adiamento da reunião têm de constar na ata; todos os indeferimentos em relação à OAB, dos pedidos de votação de ata e, também, de suspensão para almoço.

Eu encaminho, Sr. Presidente, este documento a V.Exa. Lembro, ainda, que houve afirmações do Presidente sobre o rito, dizendo que o documento da ata era apenas administrativo, cuja votação não seguiria a mesma lógica das proposições.

Eu gostaria de lembrar a todos os presentes que precisam ser registrados na ata também os esclarecimentos prestados pelo Presidente, para que fique claro que o início do processo, da instauração, se deu no dia 7 de outubro; da instrução, no dia 24 de novembro; e que o prazo se esgota no dia 12 de fevereiro. O prazo total é o dia 24 de fevereiro de 2026. É importante que tudo isso também conste, Sr. Presidente, da ata da reunião anterior.



Muito obrigado pela paciência.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Para contraditar, tem a palavra o Deputado Josenildo.

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP) - Presidente, quero contraditar o Deputado Marcel van Hattem em relação a apenas um fato específico que ele mencionou: a questão da suspensão da reunião após o advogado do Deputado Marcos Pollon renunciar à sua procuração de advogado neste feito.

Após eu assumir a Presidência, pois o Deputado Albuquerque teve que se ausentar devido a um problema familiar, nós não tivemos nenhum ato contínuo na sessão. Do momento em que eu assumi a Presidência até o momento em que a reunião foi encerrada, o que houve — o Relator Moses Rodrigues pode confirmar isso — foi só a discussão justamente sobre esse fato de se suspender a reunião em função de o advogado ter renunciado à causa, tanto que eu pedi que fosse comunicado oficialmente à OAB, para que fosse apurada a conduta do advogado. E a reunião foi encerrada.

Então, nesse questionamento específico, não há que se questionar a questão do princípio do contraditório e da ampla defesa, porque a reunião foi encerrada, não prosseguiram os trabalhos, nenhuma testemunha foi ouvida, nenhum advogado se pronunciou. Antes de encerrar a reunião, foi solicitado que um advogado da Câmara lesse os autos, o que foi feito, e comparecesse hoje aqui para que, caso o Deputado Marcos Pollon não comparecesse, ele pudesse patrocinar a defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Josenildo.

Antes de passar a palavra ao Deputado Cabo Gilberto para uma questão de ordem, registro só um esclarecimento desta Presidência.

Consigno que a ata é expressa em dizer que o inteiro teor da reunião foi gravado e que as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte desse documento, ou seja, da ata. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: mais uma vez, embora se trate de algumas adições, informo que a consultoria está tomando nota de todos os pontos, para que se faça constar na ata da reunião seguinte, sem prejuízo de que cada representado ou cada Deputado aqui presente possa fazê-lo por escrito, conforme Questão de Ordem nº 461, de 2009.



Com a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva, para efetivar a sua questão de ordem, já pedindo esta Presidência, inicialmente, o fundamento da questão.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Positivo, Sr. Presidente. Irei cumprir integralmente o Regimento: art. 5º, inciso LV, da Carta Magna, combinado com o art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Veja só, Sr. Presidente, como esta questão de ordem é pertinente. O inciso LV diz o seguinte: *"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes"*.

Por que eu estou dizendo isso aqui, Sr. Presidente? A gente pode aqui utilizar, Assessores, Relator, todos os meios legais para a defesa, principalmente em uma ação como essa.

Sr. Presidente, o senhor não estava aqui na sessão de ontem. O Deputado Marcos Pollon — nós ficamos aqui até 4 horas da manhã, na terça-feira, e até 2 horas da manhã, anteontem — passou mal. Quem está dizendo isso não sou eu; é o Departamento Médico da Câmara dos Deputados. A pressão dele deu 21. Por pouco ele não enfartou aqui, Sr. Presidente. Vejam só a imagem da Câmara de Deputados, que foi fechada ontem novamente pelo Supremo Tribunal Federal! Vejam só a imagem que a Câmara vai passar: *"Um Deputado morreu na Câmara dos Deputados. Por quê? Porque querem cortar a cabeça dele de todas as formas"*.

Então, Sr. Presidente, a nossa questão de ordem é muito clara. Eu, como Líder da Oposição — assumiremos na próxima semana —, irei utilizar todos os meios legais para defender os três Parlamentares: o Deputado Marcel, o Deputado Zé Trovão e o Deputado Marcos Pollon. Essa é minha obrigação aqui na Câmara dos Deputados.

Eu quero dar as boas-vindas ao Deputado Mario Frias.

Vejamos: um Deputado passou mal. Deputado Josenildo, o senhor estava aqui. Foi a 21 a pressão dele. Quem diz isso não sou. Não estou fazendo o papel de defensor aqui. Quem disse foi o Departamento Médico da Casa. Foi a 21, por conta da exaustão de 3 dias seguidos. E quem está criando todos esses problemas, Sr. Deputado Marcelo, Deputado Moses? É a Suprema Corte.

A gente está aqui por quê? Por causa da Suprema Corte. Os três Parlamentares que foram lá e todos nós — e eu já pedi várias vezes que me punam também, se forem



puni-los; e aqui não é para jogar para a galera, nem fazer discurso inflamado, é a realidade —, foi para o bom andamento da Casa. Ou os senhores querem dizer que a Casa está funcionando adequadamente, senhores? Eu vou dizer isto hoje para o Presidente Hugo Motta, que é meu conterrâneo, paraibano.

A Câmara foi fechada ontem, senhores, e todo mundo fica aqui fazendo cara de paisagem. *"Não, está tudo em ordem. É a democracia relativa. A democracia é pujante."* Não está!

Então, Sr. Presidente Delegado Marcelo, eu irei utilizar todos os meios legais em que o Regimento me ampara para defender os três Parlamentares que, do meu ponto de vista, estão sendo injustiçados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Agradeço, Deputado Gilberto, pelas colocações apresentadas, que, em verdade, não são tipicamente uma questão de ordem, já que estamos buscando garantir todos os direitos necessários aos representados.

Especificamente sobre essa questão, recebo com muita serenidade as colocações de V.Exa., e esta Presidência buscará zelar para que o contraditório e a ampla defesa sejam efetivamente respeitados.

Tendo em vista as situações que foram apresentadas, eu queria, com as observações que foram feitas pelos representados, pelos Deputados e pela defesa aqui presente, colocar em votação a Ata da 23ª Reunião deste Conselho, realizada no dia 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados que aprovam a referida ata, com as retificações que foram apresentadas, com as retificações e aditivos que aqui se encontram, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Não existe verificação de ata. É impossível, Deputado Cabo Gilberto.

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Por ser um documento eminentemente administrativo, não se cuida documento que tenha necessidade de votação nominal ou simbólica. O objetivo da ata é especificamente certificar que a reunião anterior fora feita, com os apontamentos que foram apresentados pelos Deputados e pela defesa aqui presente.





O que nós estamos fazendo é simplesmente permitir que essas questões sejam colocadas na ata. Se não há nada mais a se retificar ou acrescentar, não há sentido algum em que essa ata não seja efetivamente aprovada por este Conselho de Ética.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Então, faço uma questão de ordem — art. 95.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Pois não.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Veja só, Sr. Presidente, eu entendo perfeitamente V.Exa., mas aqui estamos num momento atípico. Há uma clara intenção do Conselho de Ética, recebendo ordem não sei de quem, de dar prosseguimento ao processo e antecipar o julgamento dos três Parlamentares. Isso é fato. Isso é indiscutível, Sr. Presidente. Isso é indiscutível. Então, por que eu insisto na votação? Porque ela tem efeito processual.

Nós estamos tratando aqui, Deputado Relator, Deputado Josenildo, por quem eu tenho grande respeito, e Deputado Delegado Marcelo, por quem eu tenho grande respeito...

Eu tenho certeza absoluta de que o nosso embate aqui não vai mudar em nada o respeito que eu tenho por V.Exa., porque eu acompanho as votações de V.Exa. nesta Casa. Mas, Sr. Presidente, precisamos ter a votação neste momento, porque ela tem efeito processual. A gente vai utilizar isso num processo, posteriormente, se porventura a gente sair derrotado aqui no Conselho de Ética.

Tenho certeza absoluta de que o Deputado Moses sabe do que eu estou falando. Falei com o Relator várias vezes, para a gente chegar a um denominador comum e resolver essa situação urgentemente. Depois, forças que eu não sei de onde vieram, Deputado Josenildo, mudaram tudo. E, agora, eu estou aqui dizendo claramente que vou utilizar todos os meios para que os Parlamentares não sejam punidos.

O Regimento diz claramente, com relação à questão das votações... Seria efeito totalmente administrativo, Sr. Presidente, se fosse uma sessão ordinária. Estamos aqui, Deputado Moses, numa sessão atípica.

Eu estou vendo o rosto de V.Exa., Deputado Moses. V.Exa. não queria estar aqui numa sexta-feira, Deputado Moses. O Deputado Delegado Marcelo não queria estar aqui numa sexta-feira. Eu não queria estar aqui numa sexta-feira. Eu queria estar na Paraíba desde ontem e estou aqui.



*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Eu sei que não tem voo, mas eu vou de madrugada, amigo. Eu não queria estar aqui.

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Aí são 3 dias! Me ajude!

Eu não queria estar aqui.

O senhor não pode rir, não, Presidente. O senhor disse que eu estava fazendo brincadeira. Todo mundo tem que ficar sério aqui. Eu fui falar com V.Exa., e V.Exa. quase tora a minha cabeça porque eu estava rindo.

Enfim, eu peço a V.Exas.: vamos ter o mínimo...

Rapaz, vamos deixar esta sessão para terça-feira? Faça terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, Deputado Moses. Mas hoje, sexta-feira?

Por isso, Sr. Presidente, eu estou... Quando eu fiz a questão de ordem anterior, Sr. Presidente, foi porque o Deputado Marcos Pollon não está aqui. Ele está impossibilitado. Está aqui o dispositivo, o atestado médico de 9 dias. Ele não está aqui, Deputado Moses. Isso atrapalha. Ele não está aqui não é porque ele está fazendo safadeza, não, como a gente fala nos bastidores, não — e eu peço desculpas pela palavra —, nem embromando, não. Ele não está aqui porque ele quase morreu, quase teve um infarto fulminante.

Os senhores já viram vários casos de infarto fulminante. Eu não sei se eu vou ficar vivo até...

Só para concluir, Sr. Presidente, peço 30 segundos, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Conclua, Deputado Cabo Gilberto.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Eu não sei se eu vou estar vivo até meia-noite. Eu posso ter um infarto fulminante. O senhor pode ter um infarto. Qualquer um aqui pode ter um infarto.

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Não, eu fiz a questão de ordem com base no art. 95, para votar... O senhor não está acompanhando o que eu falando, não, não é, Deputado Josenildo?

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Art. 95...

Eu vou concluir, Presidente.



Art. 95, para ter a votação da ata, porque o Presidente disse que era um documento administrativo. Eu rebati, informando que era necessário, porque tem efeito processual, porque estamos fazendo questionamentos com base no Regimento. A minha questão de ordem foi essa.

E, posteriormente, no tempo final, porque eu tenho que utilizar os 3 minutos, para ficar bem entendido por todos, eu estou aqui dizendo o que eu tenho de dizer. *Jus sperniandi*, amigo!

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Cabo Gilberto, para poder enfrentar com serenidade aquilo que foi falado, informo que essa situação já foi resolvida por esta Presidência.

Consta do § 6º do art. 95:

*Art. 95.....*

*§ 6º Depois de falar somente o Autor e outro Deputado que contra-argumente, a questão de ordem será resolvida pelo Presidente da sessão, não sendo lícito ao Deputado opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em que for proferida.*

Evidentemente, nós temos ainda a questão do Recurso nº 132, de 2016, referente ao art. 63:

*A ata é um documento meramente administrativo, e sua discussão está afeta apenas aos pontos que precisam ser retificados, não obedecendo às regras de discussão das proposições.*

*Outrossim, na votação, a ata não está sujeita a encaminhamento, orientação ou verificação de votação, podendo — caso V.Exa. entenda pertinente —, fazer recurso ao Presidente desta Casa.*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, o Deputado Luiz Lima está tentando entrar e não está conseguindo. O senhor poderia liberar a entrada dele? Ele quer fazer uso da palavra também.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Peço à assessoria que dê uma olhada nessa situação.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Presidente, tenho uma dúvida, é só para consolidar a questão da ata e ver se eu entendi bem. Peço até desculpa pela insistência. A gente precisa consultar mesmo, porque há muitas questões aqui. Eu agradeço a



V.Exa., não que os outros Presidentes não tenham qualificação, mas, quando há um do meio jurídico, nos fazemos entender um pouco melhor.

Então, sobre a ata, só para eu entender, a leitura foi o.k., e, quanto às solicitações que nós fizemos aqui, V.Exa. entendeu que são pertinentes e vão ser incluídas — é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - É exatamente isso.

Embora esta Presidência tenha registrado que não se cuida propriamente de retificações, houve uma retificação, a nosso sentir, que foi a questão do Deputado Marcel van Hattem, mas que se cuide da adição de pontos que já se encontram no conteúdo das notas taquigráficas. Esta Presidência irá acolher as propostas apresentadas de "retificação" — entre aspas —, para que possam constar da ata da próxima sessão legislativa deste Colegiado.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Obrigado a V.Exa.

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP) - Presidente, a reunião começou por volta das 9h20min. Portanto, a gente está aqui, há mais de 1 hora, discutindo os mesmos fatos, as mesmas razões. Então, queria solicitar que a gente encerrasse este momento de discussão e avançasse na reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Aprovada a Ata da 23ª...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, não! Foi votada, Presidente, a ata?

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Prezados Deputados Cabo Gilberto e Marcel van Hattem, eu acabei de ler a resolução da questão de ordem apresentada por V.Exas. e expliquei exatamente isto: a ata é um documento meramente administrativo, e, conforme os termos do nosso Regimento, ela não está sujeita à deliberação ou a recurso. Foi exatamente isso que eu apresentei. E que todos os pontos apresentados serão objeto de adição e/ou retificação, a serem publicados na ata da próxima sessão deste Colegiado.

Então, em não se tratando de nenhum outro elemento que possa conspurcar, que possa impedir a continuidade desta sessão, eu peço até encarecidamente a V.Exas. que, buscando sempre trabalhar pelo contraditório e pela ampla defesa, a defesa contundente dos representados, a gente possa dar seguimento à sessão, prosseguindo na instrução,



ouvindo as testemunhas arroladas, ou dando continuidade àquelas que se encontravam presentes na sessão de ontem.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Está iniciada a Ordem do Dia, Presidente.

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP) - Peço que se conste em ata, Presidente, já que os Deputados Marcel van Hattem e Cabo Gilberto Silva são contra a ata, o registro de que eles são contra e...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Sr. Presidente, teve início a Ordem do Dia e vamos ter que ir para lá.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - A ata vai ter que ficar para depois, porque foi feita verificação simbólica, Presidente, e, até onde eu vi, houve um voto a um: um a favor; outro, contra.

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP) - Não cabe verificação para aprovação de ata.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não precisava verificação. Ela foi rejeitada, não aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Não, a ata não foi rejeitada, ela foi aprovada.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas como? Eu vi aqui! Ou foi empate.

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (Bloco/PT - BA) - Deputado Marcel van Hattem, ele leu a resolução de que trata o Regimento a respeito da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, só para poder esclarecer essa questão, repito uma vez mais: a ata... Não se cuida de rejeição ou de aprovação, cuida-se de fazer os apontamentos, que V.Exas. já fizeram — entendeu?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Art. 63, Sr. Presidente: *"Lida e aprovada, a ata de cada reunião da Comissão será assinada pelo Presidente (...)"* Então, não existe aprovação ou aprovação; aprova-se ou rejeita-se, como em qualquer votação neste Conselho.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, quero, só para poder repisar uma vez mais, ler o que consta do § 7º, art. 95: *"O Deputado que quiser comentar, criticar a decisão do Presidente ou contra ela protestar*



*poderá fazê-lo na sessão seguinte, tendo preferência para uso da palavra, durante dez minutos, à hora do expediente".*

Então, a ata, sendo bem claro, já foi enfrentada, com os apontamentos que V.Exas. assim o fizeram, e já constará da sessão seguinte.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - E as questões de ordem que não foram resolvidas no dia de ontem, Sr. Presidente, como ficarão? A gente precisa de uma posição dessa Mesa. Houve várias questões de ordem feitas e que não foram respondidas. A gente não pode iniciar a reunião sem as respostas àquelas questões de ordem que já fizemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, especificamente a qual questão de ordem o senhor se refere e que não foi resolvida na sessão de ontem?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Na verdade, acho que não foi respondida a nenhuma. Mas a do Deputado Luiz Philippe é uma, por exemplo. Como ficou a resposta à questão de ordem que nós fizemos? Ele vai participar ou não vai participar, depois de apontado na Taquigrafia que o Presidente "Chicote", parafraseando o Deputado Josenildo — está parecendo mais um chicote mesmo que está sendo dado aqui nos Deputados —, o Presidente Schiochet, com todo respeito que tenho ao Presidente, disse que o Deputado Luiz Philippe poderia participar depois, pela interpretação que nós fazemos e que parece ser unânime — basta ler as notas taquigráficas da ata da reunião de 2 dias atrás.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Há outra questão, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Só um minuto.

Deputado Marcel, eu vejo aqui com a assessoria que, nos termos da ata, porque as notas taquigráficas constam da ata, a decisão do Presidente Fabio Schiochet diz o seguinte: *"Quero deixar claro novamente que, pelo acordo que nós fizemos aqui, uma vez que for chamada a testemunha, e ela não estiver, ela não terá direito a novamente vir a testemunhar. Então, peço que os representados e seus advogados entrem em contato assim que for terminada uma das oitivas"*. E essa questão foi reafirmada pelo Presidente Fabio Schiochet.



**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas ela não resolve a nossa questão. Aliás, ela confirma, ela reafirma, porque é o seguinte: se ele diz que foi chamada, e ela tem que estar, o Luiz Philippe foi chamado, ele estava, só não chegou na vez. Encerrou-se a reunião e, no meio do depoimento do Zucco, ele não falou. Ele estava... Ele tinha um voo, informou à Mesa, iniciou-se a oitiva seguinte, quando ele falou... Porque o voo dele foi durante o depoimento do Deputado Sóstenes. Ele não pôde chegar na vez, por causa do voo. Aí ele se ausentou, avisou à Mesa, e aí entrou o depoimento... Eu não sei por que a gente está fazendo caso com um depoimento... Eu não sei o que o Deputado Luiz Philippe tem tanto para dizer que possa trazer constrangimento à Mesa. Eu não acredito; muito, antes, pelo contrário, ele é um Deputado respeitado por todos nós; ele só vai contribuir com o debate. Inclusive, ele estava presente ao meu lado, no momento dos fatos.

**O SR. MOSES RODRIGUES** (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, questão de ordem.

Eu estava no momento, e, quando o Deputado Luiz Philippe informou que ia viajar, o Deputado que estava presidindo, o Deputado Fabio Schiochet, disse que seria indeferido, se ele não estivesse aqui no momento em que fosse chamado. Isso está claro. Tem na fala, tem no registro, nas atas.

Mais uma vez, parece que é um *kit* obstrução que está sendo colocado.

Então, não é razoável — não é razoável — atender a V.Exa., já que não há cooperação, por parte da defesa, para que a gente possa dar continuidade. Nos autos, que o Presidente abra uma exceção, que já foi definida pelo Presidente que estava naquele momento presidindo a sessão.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Presidente, tenho uma notícia urgente aqui: a Polícia Federal está aqui na Presidência da Câmara, fazendo busca e apreensão. Aqui, novamente, Presidente, agora! Polícia Federal, busca e apreensão na Mesa, na Presidência, na Secretaria, agora, Sr. Presidente! E a gente está aqui querendo torar a cabeça dos nossos.

A busca e apreensão são por causa de quê? Será que são por causa da decisão de ontem? É para acabar de fechar o Congresso e pegar a chave da Câmara?

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Sr. Presidente, o senhor mencionou as questões de ordem. Eu acredito que não tenha ainda uma resposta.





Mas, ontem, também foi solicitado... Nós estamos em um processo atípico, que não tinha acontecido ainda neste Conselho de Ética: a questão do litisconsorte passivo. Eram sempre processos individuais, e, neste caso, houve esta exceção.

Foi solicitado, ontem, por este patrono que os prazos fossem em dobro, inclusive para o término do relatório e tudo o mais. Eu acredito que vocês não tenham se reunido e definido ainda isto, mas, como V.Exa. mencionou as questões de ordem, eu gostaria de saber se houve já uma decisão neste sentido, para que fosse estendida esta questão do litisconsorte, uma vez que não há previsão legal, no Regimento, de processos com litisconsorte passivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Perfeito, doutor.

Só para ficar claro, esta questão foi discutida, inicialmente, pelo Deputado Fabio. Não é prerrogativa da Presidência prorrogar prazos, razão pela qual isto não será feito por esta Presidência do Conselho de Ética.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Perfeito.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, quero fazer uso do art. 95, § 7º, neste momento.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Deputado Marcel, o Deputado Mario Frias quer falar aqui.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Ele pode falar antes, então.

**O SR. MARIO FRIAS** (PL - SP) - Bom dia, Presidente. Gostaria de lembrar que o art. 19, inciso II, da Constituição Federal...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - O senhor está a fazer...

**O SR. MARIO FRIAS** (PL - SP) - Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Infelizmente, por não ser membro deste Conselho, V.Exa. não faz jus ao direito de apresentar questão de ordem. Mas, em deferência a V.Exa., permitirei que possa fazer o seu requerimento ou seu apontamento, até como Parlamentar.

**O SR. MARIO FRIAS** (PL - SP) - Muito obrigado. Posso falar pela ordem, Presidente?



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - V.Exa. pode falar pela ordem, sim, sem nenhum problema, obviamente se houver algum descumprimento desta Presidência, por alguma situação.

Então, eu sugiro a V.Exa. que faça o seu apontamento ou seu requerimento.

**O SR. MARIO FRIAS** (PL - SP) - Muito obrigado, Deputado Delegado Marcelo.

Faço aqui, então, a leitura do art. 19, inciso II, da Constituição, e do art. 3º, incisos I e II, da lei (*ininteligível*) de 2012.

O dispositivo estabelece que a União não pode recusar fé aos documentos públicos. O atestado emitido pelo Departamento Médico da Câmara dos Deputados em favor do Deputado Pollon é claro no sentido de que o representado deve ficar afastado de qualquer atividade, sobretudo da sua condição de representado, por 9 dias.

Como o atestado foi emitido pelo DEMED da Câmara dos Deputados, é importante que a Presidência esclareça se está negando fé ao documento público de atestado médico. Por que a Presidência não adia a reunião pelo período indicado no atestado médico? Não há qualquer razão para duvidar dessas circunstâncias.

Está aqui, Presidente, o atestado médico emitido pela Câmara, que diz: *"Paciente supracitado foi trazido ao pronto atendimento em 11/12 pela brigada, apresentando quadro de mal-estar generalizado associado à alteração de sinais vitais, taquicardia e hipertensão arterial. Administrado o tratamento com medicamento para controle dos sintomas, com boa resolução do quadro. Recebe alta do pronto atendimento, com orientação e restrição no atestado médico"*.

Eu tive dois enfartes nos últimos 5 anos, justamente pelas pressões sofridas por estar num governo honesto. Peço aqui, por gentileza, que tudo seja revisto e que o Deputado Pollon tenha a chance de estar presente para essa decisão que é tão importante e, a meu ver, bastante desequilibrada, sempre para um lado ideológico. Ontem tivemos uma decisão aqui da Câmara mais uma vez atropelada pelo STF. Enquanto o Deputado Glauber Braga teve o seu mandato preservado por 6 meses, a Deputada Carla Zambelli teve a sua cassação ordenada por outro Poder, o que passa para a população a ideia de que este Congresso não serve para nada. Todos nós estamos sendo escrutinados pelo povo, com toda a razão, e inclusive sendo chamados de covardes. Então, é muito importante que nós tenhamos a responsabilidade de fazer aqui a avaliação de que essa decisão pode ser tomada hoje. O que nós estamos pedindo é que se adie



essa decisão, para que o Deputado Pollon possa participar dessa que pode ser uma decisão pela cassação de um mandato.

Lembramos a todos que o mandato não é do Deputado, o mandato é dos eleitores, é do povo. Esta é a Casa do Povo, e ela está sendo constantemente desrespeitada, a ponto de a própria população estar dizendo que é melhor fechar o Congresso. Para que regime nós vamos caminhar? Para um regime onde o Judiciário decide tudo e o Congresso não decide nada? Como fica a participação do povo?

Para concluir, Presidente, peço com toda a educação que a gente possa fazer esta sessão com a presença do Deputado Pollon, que é um dos interessados, assim como o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Zé Trovão, que merecem todo o respeito desta Casa, por serem representantes da população.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Mario Frias, obrigado pelas suas considerações.

Esclareço uma vez mais que esta Presidência já enfrentou essa situação. A Presidência recebeu, de fato, o atestado médico do Deputado Marcos Pollon e abriu a oportunidade para que ele constituísse novo defensor. Como ele não o fez, a Presidência teve o cuidado de nomear um defensor dativo, que se encontra aqui presente, neste ato, para que ele acompanhe a oitiva das testemunhas arroladas pelos demais representados, já que todas as testemunhas arroladas por ele já foram efetivamente ouvidas.

Vamos dar prosseguimento à...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu pedi pelo art. 95, § 7º, mas o Deputado Luiz Lima gostaria de falar agora. Ele está *on-line*, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Primeiro a sua questão de ordem, Deputado Marcel.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não é questão de ordem, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - O seu requerimento.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - O Deputado que quiser comentar, criticar a decisão... Tenho 10 minutos para faz reclamação sobre decisões da Presidência na sessão anterior. Então eu vou usar agora. É isso? (*Pausa.*)

Sr. Presidente...



*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Não, não é questão de ordem. Eu vou usar logo os 10 minutos. Vou poupar os outros 3 minutos da questão de ordem. Eu vou ler o dispositivo, para deixar isso claro. O art. 95, § 7º, do Regimento Interno, diz que *"o Deputado que quiser comentar, criticar a decisão do Presidente ou contra ela protestar poderá fazê-lo na sessão seguinte, tendo preferência para uso da palavra, durante dez minutos, à hora do expediente"*.

Eu gostaria de pedir esses 10 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, nós nem entramos no expediente ainda. Por gentileza, aguarde que a gente entre especificamente no expediente, para discutirmos essa questão.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas a leitura e a aprovação da ata não são parte do expediente?

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Não, infelizmente, não.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, eu queria lhe perguntar sobre a conveniência de continuarmos. Existe outro Conselho ou Comissão funcionando neste momento na Câmara? Eu estou assustado com o fato.

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Não entrar no mérito. A Polícia Federal está aqui na Casa.

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP) - Deixe-me apenas registrar que nós estamos numa reunião de oitiva, então não temos expediente. Ela não é deliberativa.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas aí tem que ser análoga às demais...

**O SR. JOSENILDO** (PDT - AP) - Esse artigo do Regimento, Deputado Marcel van Hattem, só se aplica quando a reunião é deliberativa.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, não, mas aí houve uma reunião... Só um minutinho, porque a assessoria aqui, muito competente, está achando o contraponto.

O art. 50 diz que é para qualquer trabalho de Comissão. Então, quando entrarmos na fase apropriada, utilizarei os 10 minutos que são concernentes.



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Então, com as retificações e os aditamentos que foram feitos, declaro aprovada a Ata da 23ª Reunião do Conselho de Ética, realizada em 11 de dezembro de 2025.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu me manifesto contrariamente, Presidente.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Registro meu voto contrário, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Registro as manifestações em contrário do Deputado Cabo Gilberto Silva e do Deputado Marcel van Hattem.

Informo que ontem foi protocolado o atestado médico do Deputado Marcos Pollon, de 9 dias. Isso era o que nós estávamos tentando dizer desde o primeiro momento.

Ordem do Dia.

Faço alguns esclarecimentos a respeito das oitivas das testemunhas de defesa.

Conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Só um minutinho, Presidente. O senhor falou do expediente, e eu pedi os 10 minutos antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - V.Exa. falará, mas deixe-me concluir a parte procedimental.

Os Deputados convidados como testemunhas falarão somente sobre o que lhes for perguntado, sendo-lhes vedada qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução.

Inicialmente, será dada a palavra ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entenda necessário.

Após a inquirição inicial do Relator, será dada a palavra ao representado e ao seu advogado, para seus questionamentos.

A chamada para que os Parlamentares inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição, realizada pelo aplicativo Infoleg, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas, com 3 minutos para a réplica. Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros, ou seja, 5 minutos.



O Deputado que usar da palavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Serão permitidas Comunicações de Liderança, mediante delegação de Líder, somente após as oitivas.

O Deputado Moses Rodrigues já se encontra à mesa.

Registro a presença do Deputado Marcel van Hattem e de seu advogado, o Dr. Jeffrey Chiquini, que já se encontra presente de forma *on-line*.

O Deputado Zé Trovão não se encontra presente, mas seu advogado, o Dr. Eduardo Barros de Moura, encontra-se presente.

O advogado *ad hoc* do Deputado Marcos Pollon, o Dr. Clebson Gean da Silva Santos, também se encontra presente.

Nós vamos prosseguir com a continuação da oitiva do Deputado Zucco, testemunha arrolada pelo Deputado Marcel van Hattem.

Esclareço que na reunião realizada ontem, dia 10 de dezembro de 2025, o Deputado Zucco foi inquirido pelo Relator, o Deputado Moses Rodrigues, e pelo Deputado Marcel van Hattem e seu advogado. Durante os questionamentos do Deputado Marcos Pollon, foi iniciada a Ordem do Dia no Plenário, então o Presidente encerrou a reunião.

Sendo assim, dou continuidade agora à oitiva do Deputado Zucco. Passo a palavra ao defensor do Deputado Marcos Pollon, aqui presente...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Só um pouquinho, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Calma, só um minuto!

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sim, sim, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Antes, porém, de passar a palavra ao defensor do Deputado Marcos Pollon, eu abro a palavra ao Deputado Marcel van Hattem, pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

Atendendo à solicitação do Deputado Marcel van Hattem, eu abro a palavra ao defensor do Deputado Marcos Pollon.

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Excelência, obrigado pela palavra.

Eu gostaria de reiterar os termos do atestado médico e da justificativa apresentada pelo Deputado Marcos Pollon. Eu sequer tive a oportunidade de conversar pessoalmente com o Parlamentar. Entendo que isso prejudica sensivelmente o seu direito de defesa.



Percebi que ele exercia esse direito de autodefesa com muita maestria nas reuniões anteriores — registro isso aqui.

Cumprindo o múnus público, vou, na medida da defesa técnica, eminentemente técnica, continuar com os questionamentos que forem cabíveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, doutor.

Tendo em vista a solicitação do Deputado Marcel van Hattem de fazer questionamentos a respeito de eventual questão de ordem apresentada, e tendo em vista que não se cuidou de uma questão de ordem, o Deputado, de acordo com esta Presidência, não faz jus ao tempo de 10 minutos.

De qualquer sorte, Deputado Marcel, concedo a V.Exa. o tempo de 3 minutos, que é o tempo destinado a questão de ordem, por deferência a V.Exa., para que possa se manifestar sobre eventuais comentários, críticas ou decisões da Presidência na sessão anterior.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, só um minutinho. O senhor já sabe sobre o que eu vou falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - V.Exa. tinha levantado a questão com fundamento no art. 95.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas como é que o senhor sabe que eu não vou falar sobre questões de ordem e sobre decisões da Presidência?

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - O fundamento do art. 95 é específico sobre questão de ordem.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - É por esse motivo que nós estamos enfrentando esta discussão.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - É sobre isso que eu vou falar, sobre questões de ordem do dia anterior. São 10 minutos.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Pela ordem, Deputado Marcel, por gentileza.

Adriana, a senhora é muito competente, mas não esqueça que eu sou membro e estou aqui. Eu irei utilizar os 10 minutos.

Obrigado, e xeque-mate! *(Risos.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Como V.Exa., Deputado Marcel, levantou o art. 95 e não se cuidou de uma questão de ordem, estamos aqui para garantir que V.Exa. tenha não 10 minutos, mas 3 minutos.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Deputado Cabo Gilberto Silva, você vai querer usar os 10 minutos?

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - É claro que eu vou.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Então eu uso os 3 minutos e o senhor usa os 10 minutos. Pronto.

Sr. Presidente, aqui nós estamos cuidando de um artigo... Eu vou conceder porque é para o Deputado Cabo Gilberto, que, aliás, tem minha preferência sempre, é Líder da Oposição agora, substituindo o grande Deputado Zucco não sei se a partir deste momento, ou do ano que vem. De qualquer maneira, já subscrevi a lista para lhe dar esse grande privilégio e também a responsabilidade de nos liderar.

Quero também agradecer a presença do Senador Eduardo Girão, que está conosco.

Senador Girão, o que nós estamos vendo acontecer na Câmara dos Deputados hoje é incrível. O Conselho de Ética é o único órgão a estar trabalhando neste momento, numa sexta-feira, o que não acontece nunca. Este ano isso não aconteceu nem uma única vez, nem tampouco numa quinta-feira, e ontem teve que ser encerrada a reunião porque um Deputado passou tão mal aqui, que saiu em cadeira de rodas e obteve um atestado médico de 9 dias, dado pela Câmara. Ainda assim, o Conselho de Ética se propõe a continuar esse juízo de exceção contra mim e contra os Deputados Marcos Pollon e Zé Trovão.

Além de realizar reuniões em quinta-feira e sexta-feira, ainda estão tentando nos condenar e punir por manifestação pacífica, regimental, ordeira. Aliás, V.Exa. participou de manifestação idêntica no Senado da República. Eu lhe pergunto: houve algum tipo de reprimenda? Zero. Por que aqui na Câmara dos Deputados estão fazendo isso conosco? Não houve nem pausa para almoço entre meio-dia e 1 hora. A depoente que está aqui presente, a Dra. Carolina, estava sentada ali. Vários comiam aqui, lanchavam, e ela depondo até quase as 3 horas da tarde. Há um contraste enorme com o tratamento que se dá aqui a outros casos, inclusive, por exemplo, de rachadinha, e assim por diante.

Mas o que eu queria dizer, Sr. Presidente, é que neste momento a Polícia Federal está aqui na Casa, fazendo busca e apreensão. E eu não vou entrar nesse mérito.



Sabia disso, Senador? O senhor deve ter visto a imprensa ali, na passagem.

Deputado Delegado Marcelo Freitas, que, aliás, sabe da história da instituição Polícia Federal, que hoje está completamente aparelhada, sua cúpula, e inclusive age contra mim em processos ilegais — hoje, indiciado na Procuradoria-Geral da República. Eu não vou entrar no mérito porque eu não boto a mão no fogo pelos que estão sendo vítimas hoje de busca e apreensão, mas uma coisa é certa: não há coincidência na política. Depois da decisão de Carla Zambelli e de Glauber Braga, mas principalmente de Carla Zambelli, que foi objeto de recursos do PT, Flávio Dino, comunista, Ministro, ordena uma busca e apreensão contra Hugo Motta e o Presidente Arthur Lira. É coincidência? Duvido, Sr. Presidente.

Agora encerro, e passo a palavra para o próximo inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, o Deputado Cabo Gilberto Silva.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Para cumprir fielmente o Regimento, Sr. Presidente, eu irei utilizar o meu tempo para falar da ata, como também dos acontecimentos.

Vejam só, a oitiva do Deputado Luiz Philippe... Estão aqui os advogados, que também foram retirados da Constituição Federal pela Suprema Corte do nosso País. O Presidente do Conselho de Ética, o Deputado Fabio Schiochet, fez um acordo para que o Deputado Luiz Philippe fosse ouvido presencialmente.

Eu não estou dizendo que esta sessão aqui é irregular, Sr. Presidente. Regimentalmente, ela pode acontecer, mas ela nunca acontece. Falei com o Presidente Fabio Schiochet, um grande Deputado, ontem: "*Mas, Presidente, marcar até sexta-feira, Presidente?*" Ele disse: "*Rapaz, eu vou ter que voltar para Santa Catarina*" — o Presidente do Conselho de Ética. Eu disse: "*Presidente, e a gente vai ficar aqui?*" Ele disse: "*Rapaz, está marcado até sexta-feira*". Tudo bem, a gente sabe como funciona. Sem problema nenhum. O Deputado Josenildo não está mais aqui, mas vou explicar a ele.

Então, esse acordo aqui vai ser mantido, ou não? É uma pergunta que eu faço. A Sra. Secretária, muito competente, está ali. A gente não ganha uma com ela, mas tudo bem, faz parte, ela está na missão dela.



O Presidente do Conselho de Ética disse ao Deputado Luiz Philippe: *"Você vai ser ouvido presencialmente"*. Ai vocês dizem: *"Mas por que ele não está aqui?"* Não é sexta-feira, Senador Girão? É sexta-feira, amigo! Eu queria estar na Paraíba. Eu tenho dois meninos, de 4 anos e de 2 anos. Eu queria estar lá dando cheiro neles, homem. Faz 5 dias que eu estou fora de Casa, e estou aqui. Esse é um detalhe importante a ser passado.

Eu vou falar agora sobre a ata. O atestado do Deputado Marcos Pollon é de 9 dias. Até por uma questão de consideração aos nossos pares, Deputado Moses... Eu sei que V.Exa. é o Relator, meu irmão nordestino — é só ver as nossas cabeças; o senhor botou um cabelinho, e eu não botei ainda, mas vou botar futuramente, quem sabe. Até por questão de consideração, só era para a gente marcar depois desses 9 dias. O Deputado Marcos Pollon passou mal aqui. E ele não estava querendo inventar. Ele passou mal mesmo. A gente ficou até 4 horas da manhã votando aqui na terça-feira, Deputado Moses, e na quarta a gente ficou até 1 hora da manhã. A Câmara, esta semana todinha, ficou votando problemas criados pelo STF. Os partidos de centro, alguns "limpinhos", ficam dizendo: *"Não, essa polarização está acabando com o Brasil..."* Diga a verdade, rapaz: o que está acabando com o Brasil é a ditadura da toga, que rasgou a Constituição.

Está aqui o atestado médico de 9 dias do Deputado Marcos Pollon, um documento público, oficial, emitido pela Câmara dos Deputados. O mínimo que o Conselho de Ética deveria ter feito... Eu falei com o Presidente Fabio Schiochet: *"Cancele essa oitiva na sexta-feira, pelo menos, comandante, e bote lá para terça-feira"*. Mas, infelizmente, ele prosseguiu. Faz parte, tudo bem, estamos aqui. Infelizmente, eu estou aqui. Eu não queria estar aqui, digo a V.Exas. com toda a seriedade, do fundo do meu coração. Poucos Parlamentares estão em Brasília na sexta-feira. Já não fica quase nenhum na quinta. E não estou dizendo que os Parlamentares não trabalham, não, porque a gente trabalha muito — é só observar as nossas atuações. Esta semana eu fiquei até sem voz de tanto falar e de tanto lutar aqui na Câmara dos Deputados.

Deputado Sargento Fahur, é uma satisfação imensa ter o senhor aqui.

Sr. Presidente Deputado Delegado Marcelo Freitas, o respeito que tenho por V.Exa... Eu acompanhei aqui todas as suas votações. O senhor era Deputado aqui antes de mim. Só quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, que esta é minha forma de falar, porque estamos num momento muito tenso da República. O Congresso Nacional vem



sendo fechado reiteradas vezes, como V.Exa. tem conhecimento. Eu quero lhe parabenizar pelas suas votações — o senhor é sempre coerente — no caso da Deputada Carla Zambelli e no caso do Deputado Daniel Silveira. Acompanhei isso antes de vir falar. Vi que o senhor votou contra a ditadura da toga.

No embate que tivemos aqui no começo, Sr. Presidente, eu apenas respondi. Eu me achei ofendido por V.Exa. Não sei por que V.Exa. interpretou dessa forma. E, quando o senhor foi falar, eu entendi também que, por eu ser cabo da Polícia Militar, o senhor quis desmerecer a minha patente. Eu me achei ofendido, Sr. Presidente. Eu jamais faria isso com V.Exa. Eu me achei ofendido. Se o senhor não quis fazer isso, tudo bem, mas eu me achei ofendido, por isso tivemos aquele embate no começo. Quando eu cheguei, o senhor já estava falando bastante exaltado. Era início da manhã. Quem deveria estar exaltado era o lado de cá, Sr. Presidente, porque a gente está com a cabeça na guilhotina. Eu sei da ideologia de V.Exa., mas eu me senti desrespeitado como Deputado e como policial. Tenho o maior orgulho de ser cabo da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Trabalhei 18 anos. Sou o policial que respondeu ao maior número de processos na história da Paraíba. E por quê? Todos, por falar — por falar. Enfrentamos um Governador com a caneta na mão. Ele me prendeu. Graças a Deus, a Justiça de primeira instância não permitiu que eu fosse preso. Tiraram minha arma. Eu fiquei trabalhando sem arma lá no Estado da Paraíba, que é uma ditadura do PT e do PSB, como o senhor acompanha muito bem, porque o senhor é do Nordeste.

Mas estamos aqui contando história. Fui eleito Deputado Estadual com muito orgulho, utilizando o nome de "cabo". Fui eleito Deputado Federal com muito orgulho, utilizando o nome de "cabo". E vou continuar usando o nome na minha reeleição, se Deus assim o permitir — ou se eu for para outra missão. Tenho o maior orgulho de ser filho de uma professora lá do Estado da Paraíba, minha mãe, e tenho o maior orgulho de ser filho de um sargento da Polícia Militar, que infelizmente não está mais entre nós.

Sr. Presidente, eu sei que me comportei de forma que não condiz com o meu comportamento aqui na Câmara dos Deputados — os senhores me conhecem —, mas eu me achei ofendido, Sr. Presidente, porque eu entendi que V.Exa. falou dessa forma. Por isso eu fiquei exaltado naquele momento. Os senhores acompanham o meu comportamento em todas as Comissões. Eu nunca fiquei exaltado, nem nunca gritei aqui daquela forma. Eu peço desculpa pelo grito que eu dei aqui no Conselho de Ética, até



porque esse não é o momento, e eu sou membro titular do Conselho de Ética. Eu fiquei chateado por conta disso, Sr. Presidente, quero deixar claro para V.Exa.

Deputado Marcel van Hattem, tenha certeza absoluta de que vou defender V.Exa. aqui com todas as nossas forças, e vou defender o Deputado Zé Trovão e o Deputado Marcos Pollon.

Eu estava conversando com o Deputado Moses anteriormente sobre o que iríamos fazer para resolver essa situação urgentemente, mas infelizmente a situação evoluiu da quarta-feira para a quinta-feira, no amanhecer de ontem. Então, já deixo claro para todos os senhores, Deputado Moses, que não há mais nenhum tipo de conversa para esses questionamentos. Vamos enfrentar até o fim. Se querem a cabeça dos três Parlamentares da Oposição, os senhores podem até ter isso lá na frente, porque estamos lutando contra uma máquina poderosíssima, que é o Governo Federal, que está estourando as contas públicas.

Salvaram o Deputado Glauber, Senador Girão. O senhor sabe por que salvaram o Deputado Glauber, com o tanto que ele criticava aqui neste Conselho de Ética? Os senhores acompanharam. Ele falava tanto do orçamento secreto, acusando o Presidente da Casa! Foi salvo por que, Deputado Marcel? Pelo orçamento secreto... Olha só como é bom ter coerência!

Deputado Glauber, V.Exa. foi salvo pelo orçamento secreto que V.Exa. tanto falava em combater aqui na Câmara dos Deputados. Se não fosse o orçamento secreto de que o senhor tanto fala, esse orçamento que eu nem sei o que é, porque eu nunca recebi esse orçamento secreto de que tanto falam aí... Segundo o próprio *print* do rapaz lá do Governo Federal, estavam ameaçando os Deputados, Marcel.

Preste atenção, Marcel, é importante. O senhor é muito atento.

*"Se você não votar com o Glauber, você não vai ter emenda."* Olha só! Mensalão 2, Senador Girão!

O Glauberzinho, rapaz, com o peito estufado, fez greve de fome aqui, brigando. Eu tenho muito respeito por todos os Parlamentares. Eu discordo do Deputado Glauber, mas eu estou falando de fatos. Ele estava aqui neste Conselho de Ética esperneando, brigando: *"Olha, orçamento secreto! Vão me cassar! Orçamento secreto! Orçamento secreto!"* E foi salvo pelo orçamento secreto. Olha só! Olha só!



Então, estamos enfrentando a máquina do Governo Federal. Estamos enfrentando o ministério da propaganda mais poderoso da história do Brasil, com o maior número de recursos públicos gastos na história do Brasil. Estamos enfrentando a ditadura da toga.

Eu peço, Deputado Delegado Marcelo, com todo o respeito que tenho a V.Exa. — V.Exa. sabe da minha educação —, que a gente não tenha que enfrentar também toda a estrutura da Câmara. É o que está parecendo. Eu falo e provo, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Relator e Sr. Presidente. A sessão da Câmara só fez se iniciar e já terminou. Isto aqui é na cara demais! Sessão de Conselho de Ética na sexta-feira é na cara demais! E vocês não querem que a gente fique revoltado com tudo isso?

São essas as nossas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, o senhor chamou a...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Cabo Gilberto, apenas gostaria de consignar o profundo respeito que tenho por V. Exa. e pela patente de cabo. Quero deixar claro que meu irmão também é cabo da Polícia Militar de Minas Gerais, portanto não há, da minha parte, qualquer desconsideração nesse sentido. Tenho o maior respeito e carinho pela instituição Polícia Militar, assim como tenho por V. Exa., e estamos aqui para tentar dar sequência à situação.

Informo que o Deputado Zucco não se encontra presente, nem fisicamente, nem virtualmente, embora sua participação tenha sido assegurada, razão pela qual peço aos senhores que possamos dar andamento à oitiva da Sra. Carolina Barreto Siebra, que se encontra presente, testemunha arrolada pelo Deputado Marcel van Hattem. Agradeço, desde já, a disponibilidade da testemunha em comparecer a este Conselho de Ética.

Na reunião realizada ontem, dia 11 de dezembro, a Sra. Carolina Siebra prestou compromisso de dizer somente a verdade sobre o que lhe for perguntado, de acordo com o art. 12, inciso I, do regulamento do Conselho de Ética. Realizou a inquirição o Relator e, durante a inquirição por parte do Deputado Marcel van Hattem e de seu defensor, Dr. Jeffrey Chiquini, a reunião foi encerrada, tendo em vista que o Deputado Marcos Pollon sentiu-se mal e foi levado ao Departamento Médico da Câmara.

Como o propósito desta reunião é dar continuidade à oitiva da Sra. Carolina, Deputado Marcel van Hattem, eu quero passar a palavra a V. Exa. e ao seu advogado,



Dr. Jeffrey Chiquini, para procederem aos questionamentos à testemunha arrolada por V. Exa.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sim, Sr. Presidente. Só gostaria de fazer um esclarecimento. O Deputado Zucco não foi avisado, e ele disse que à tarde estaria disponível.

Na nossa interpretação, a continuidade da reunião da tarde de ontem que foi suspensão seria com a Carolina. Então, imagino que o Deputado Zucco falará mais tarde.

**O SR. MOSES RODRIGUES** (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, eu não me oponho. Pode ser a Dra. Carolina. Como o Deputado Zucco ficou no meio do caminho, por conta do encerramento da reunião anterior, V.Exa. diz o horário, e a gente começa com ele no horário.

Mas, conforme já dito pelo Presidente Fabio, depois da Dra. Carolina, seguirá a sequência que já foi apresentada desde terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Só um esclarecimento: é importante deixar claro que a Secretaria do Conselho de Ética comunicou ao Deputado que haveria esta sessão na sequência. Obviamente, ele deve ter suas razões para não se encontrar presente neste momento, mas, podendo comparecer, nós procederemos à sua oitiva sem nenhum problema, em deferência à ampla defesa e ao trabalho do Deputado Zucco.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Qual é a ordem das testemunhas, se puder nos informar mais uma vez?

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - O Deputado Moses já lhe passará a situação, mas a ideia é ouvir o Deputado Zucco; na sequência, estando o Deputado Zucco ausente, ouviremos a Dra. Carolina Barreto Siebra, depois o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e, posteriormente, o Deputado Mauricio Marcon.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - E com relação ao Deputado Luiz Philippe, foi decidido ou não, Sr. Presidente?

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Excelência, eu já levantei a mão aqui para V.Exa., pedindo questão de ordem, com base no art. 95.

Deputado Coronel Chrisóstomo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Meu amigo Deputado Coronel Chrisóstomo, tendo em vista que V. Exa. não é membro deste





Conselho de Ética, V. Exa. não faz jus a levantar questão de ordem neste Conselho. Essa questão já foi deliberada por esta Presidência em duas outras situações anteriores, razão pela qual não me disponho a fazê-lo novamente.

Portanto, a questão de ordem não é facultada a V. Exa. Mas, em deferência a V. Exa., Deputado aguerrido e combativo, eu abro a oportunidade para que o senhor possa, eventualmente, apresentar suas considerações a este Conselho e fazer alguns apontamentos, se for o caso.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO)** - Excelência, eu agradeço muito a oportunidade e a consideração de V.Exa. em relação a este Parlamentar.

Eu vou aproveitar esta oportunidade. Vim aqui, a pedido dos meus colegas, para tratar de um tópico que V.Exas. muito bem sabem, mas há um, em especial, que eu estou aqui para tratar, Excelência.

Eu já conheço V.Exa. desde que botou o pé aqui nesta Câmara, assim como V.Exa. também me conhece, Presidente. Eu conheço V.Exa., as suas defesas e quem é o senhor politicamente. Quantas batalhas nós realizamos juntos? Quantas? Em defesa da justiça e da verdade? Então, sei bem quem é o Presidente que está tocando esta Comissão.

Parabéns por V.Exa. se manter sempre em defesa da justiça e da verdade!

O meu tópico aqui, Excelência, é com relação ao Deputado Pollon. V.Exa. sabe onde está o Pollon, Presidente? Eu sei que V.Exa. não vai me dizer agora, não, mas S.Exa. está com problemas de saúde.

A pergunta que eu faço para o Brasil... Olá, Brasil! Prestem atenção aqui, brasileiros, Rondônia! Olá, Rondônia! A pergunta é: eu não vi, ainda, em nenhum tribunal, um advogado estar numa mesa e depois passar para o outro lado para defender o lado em que ele não estava. Mas aqui isso está ocorrendo, Presidente. Eu não entendi ainda. V.Exa. é delegado da Polícia Federal e sabe bem disso, Excelência. E vem um advogado que não tratou nem com a pessoa da qual diz que está defendendo? Eu não entendi, Presidente. Eu acho que tem que se dar essa explicação para o Brasil. Não está certo isso, não, Presidente. Que advogado é este que não falou nem com o seu cliente e o cliente não quer o advogado? OAB, pelo amor de Deus! Presidente da OAB, aja! Aja, como Presidente da OAB! Eu nunca vi um negócio desse!



E há outra coisa: um advogado, sendo servidor aqui na Câmara, não pode agir em defesa de um Parlamentar. Ele não pode. Está errado isso! Eu estou defendendo esse cidadão que está doente e não está aqui presente, Brasil, Rondônia!

Excelência, aqui como Parlamentar, igual a V.Exa., igual a todos os outros, eu solicito a explicação de V.Exa. por que este advogado está defendendo um cliente, se o cliente não quer este advogado e está doente e não pode estar presente. Eu faço esta solicitação por Rondônia e pelos brasileiros que estão ouvindo a minha fala dentro desta Comissão. Solicito a V.Exa. esta resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Coronel Chrisóstomo.

Nós enfrentamos essa situação, por três vezes, anteriormente.

Eu queria passar a palavra ao Deputado Sargento Fahur, primeiro. Se o Deputado Diego quiser falar na sequência, poderá fazê-lo.

**O SR. SARGENTO FAHUR** (Bloco/PSD - PR) - Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Cabo Gilberto Silva é um que, pode ter certeza, sempre denuncia, reclama contra os desmandos e atropelos do STF, no julgamento do nosso eterno Presidente Jair Bolsonaro. Nós criticamos como Deputados todos os atropelos, a celeridade do STF. Cabo Gilberto é uma voz ativa nesse sentido, entre outros vários Deputados.

E quando nós, na Câmara, temos um processo no Conselho de Ética, temos uma situação de Deputados sendo, entre aspas, "processados", Deputados denunciados, em que nós poderíamos mostrar para o STF como se faz de forma correta, dentro dos prazos corretos, nós fazemos as mesmas coisas que o STF faz, os mesmos atropelos.

Numa sexta-feira, Câmara esvaziada, um Deputado com atestado médico, que passou mal aqui na minha frente ontem, foi socorrido pelo pessoal do apoio da saúde da Câmara, nós fazemos os mesmos atropelos, sem direito à plena defesa, atropelando prazos, sem a mínima necessidade.

Este processo não trata de Deputados corruptos, assassinos, mandantes de assassinato, nada, de nenhum tipo de Deputado que nos causaria vergonha de estar circulando entre nós, pelo contrário, são Deputados honrados, dos quais nós temos orgulho. Quando há uma cadeira livre próxima de qualquer Deputado desses, eu já



procuro sentar perto, porque me sinto honrado de estar junto dos Deputados Marcel van Hattem, Zé Trovão, Marcos Pollon.

Estamos acelerando um processo, não sei para quê. Poderíamos muito bem terminar o ano tranquilamente, esfriar a cabeça. No começo do próximo ano legislativo daríamos continuidade, tranquilos, com todo direito de defesa, mas não, estamos atropelando o processo.

Não estou fazendo nenhuma acusação ao Sr. Presidente Delegado Marcelo Freitas, nem ao Deputado Albuquerque, que ontem esteve aqui, nem ao Presidente do Conselho de Ética, muito menos ao nobre Relator, Deputado Moses Rodrigues. Não se trata disso. Nós estamos falando é do sistema. Quando a gente tem oportunidade de fazer a coisa certa, a gente copia quem faz a coisa errada.

Força e honra!

Vamos suspender isto aqui, voltar na semana que vem, tranquilamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Sargento Fahur.

O Deputado Diego Garcia se encontra presente para fazer suas breves considerações.

Por gentileza, tem a palavra o Deputado Diego Garcia.

**O SR. DIEGO GARCIA** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) - Quero agradecer-lhe, Presidente. V.Exa. sabe da admiração, do respeito que tenho por V.Exa., pelo seu trabalho aqui na Câmara dos Deputados, e como digno representante do Estado de Minas Gerais. Da mesma forma, pelo Relator, o Deputado Moses Rodrigues. Eu acabei de falar para ele que eu já estava pronto para poder falar pelo Republicanos no plenário, por conta do recurso apresentado com relação ao Plano Nacional de Educação.

O Deputado Moses, brilhantemente, conduziu a Comissão, ouvindo todos os partidos, ouvindo todas as Lideranças, ouvindo a Frente Parlamentar Católica. No meu caso, represento a Frente Evangélica. Ele fez um trabalho brilhante.

E eu digo que acredito e confio muito, Deputado Moses, no seu trabalho aqui neste Conselho de Ética também, no equilíbrio, no bom senso, ainda mais diante de tudo pelo que a gente passou e que viveu nos últimos dias.



A gente não pode ter dois pesos diferentes para as situações que aconteceram, inclusive envolvendo o próprio Deputado Glauber Braga na última semana, antes do que aconteceu no plenário da Câmara, da votação que antecedeu a votação do processo que caminhava contra ele, que também passou por este Conselho de Ética. Eu acho que todos os fatos que ocorreram nos últimos tempos têm levado, sim, a uma reflexão profunda do Parlamento, da nossa postura, do nosso comportamento e de qual deve ser a nossa conduta aqui dentro do plenário desta Casa. Tenho certeza, não tenho dúvida disso.

O Deputado Marcel van Hattem é um digno representante do Estado do Rio Grande do Sul, representa de forma brilhante o seu Estado aqui nesta Casa. Eu falo não só por mim, mas falo pelo que ouço de vários Parlamentares. É um Parlamentar que dispensa comentários, faz um debate sempre técnico na tribuna, todas as vezes que está na tribuna. Eu tenho certeza de que, em hipótese alguma, a intenção dele foi invadir ou tirar aquilo que é competência exclusiva do Presidente da Câmara, do Presidente desta Casa.

Por isso, eu acho que nós, num caso dessa relevância, temos que ter bom senso. Eu acho, Presidente Delegado Marcelo, que nós precisamos olhar para tudo que a imprensa vem noticiando nos últimos dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Peço que conclua, Deputado Diego.

**O SR. DIEGO GARCIA** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) - Avançar com essas representações contra os nossos Parlamentares aqui na Casa vai levar a uma disputa e a uma guerra muito grande na próxima semana no plenário da Câmara, ainda mais diante do que aconteceu na data de ontem, diante dos episódios que aconteceram ontem no Supremo Tribunal Federal, invadindo mais uma vez a competência e a prerrogativa do Congresso Nacional.

Eu tenho certeza, Deputado Delegado Marcelo, porque eu conheço V.Exa., de que V.Exa. não concorda com isso. Tenho certeza disso. Eu acho que isso vai levar o Presidente Hugo Motta a uma exposição desnecessária, a um desgaste ainda maior do que ele já vem tendo nesta Casa, na Câmara dos Deputados. Nós não precisamos passar por isso na próxima semana, não precisamos. Por isso, eu acho que nós temos que ter agora equilíbrio, bom senso.



Eu já fui membro do Conselho de Ética, sei como é o funcionamento do conselho, fui Relator de inúmeros casos aqui dentro do Conselho de Ética, inúmeros casos, casos complexos, casos difíceis, mas eu peço a V.Exa., como Presidente em exercício, que a gente possa avaliar e ter bom senso. Vamos olhar para o que está acontecendo do lado de fora.

Presidente Deputado Delegado Marcelo, eu não tenho cargo nenhum aqui na Câmara, eu não sou Presidente de Comissão, eu não sou Presidente de partido, eu não sou Líder partidário, eu estou falando aqui, como Parlamentar eleito pelo meu Estado do Paraná, que a gente tem que olhar o sentimento de fora, o que está acontecendo fora, a revolta da sociedade, a revolta contra essas decisões que vêm sendo impostas goela abaixo.

Ontem, numa decisão, o Ministro Alexandre de Moraes, na prática, pediu para o Presidente Hugo Motta sair da cadeira da Presidência da Câmara dos Deputados. Isso é inaceitável, isso é inaceitável.

Só para concluir, Presidente Delegado Marcelo Freitas, eu estou pedindo à advocacia da Câmara que nos represente.

A advocacia da Câmara, Deputado Cabo Gilberto, está aí para nos representar, representar individualmente cada Parlamentar e aqui fazer a nossa defesa.

Nós estamos diante de um momento em que a Câmara dos Deputados pode explodir. E, se avançarmos com essas representações para a semana que vem, nós teremos o caso do Deputado Ramage, nós teremos o caso do Deputado Eduardo Bolsonaro.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB)** - Que é diferente.

**O SR. DIEGO GARCIA (Bloco/REPUBLICANOS - PR)** - Mas que foi discutido recentemente por este colegiado, o Conselho de Ética.

Nós temos o caso do Deputado Marcel van Hattem.

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG)** - Peço que conclua, meu amigo Deputado Diego, por favor.

**O SR. DIEGO GARCIA (Bloco/REPUBLICANOS - PR)** - Estou concluindo.

Temos também o caso do Deputado Marcos Pollon, que está debilitado em decorrência de um problema gravíssimo de saúde, que ele já relatou ontem aqui, e temos também o caso do Deputado Zé Trovão. Vai explodir a Câmara!



Eu quero que o Plenário da Câmara possa, na semana que vem, discutir o Plano Nacional de Educação. Vamos fechar com chave de ouro, vamos mostrar o trabalho exemplar desse Relator, o Deputado Moses Rodrigues, que conseguiu fazer um milagre.

Eu sou católico. A gente pode até pedir o processo de canonização do Deputado Moses. Ele conseguiu fazer um milagre. *(Risos.)*

Presidente, ele conseguiu unir a Direita e a Esquerda, encontrar o equilíbrio e o bom senso, tirar tudo o que a Esquerda queria impor goela abaixo no Plano Nacional de Educação e trazer aquilo que ele, por experiência do seu Estado, que é referência... *(Palmas.)*

Só para concluir, várias cidades no Estado dele são referência na educação, e ele traz um retrato do que ele vê como Parlamentar.

É isso que nós temos que discutir no plenário. Não devemos aflorar o Plenário e fazer com que o Presidente Hugo Motta se desgaste ainda mais, se desgaste ainda mais!

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, obrigado, meu amigo Deputado Diego.

V.Exa. está abusando da amizade e do carinho que eu tenho por V.Exa.

**O SR. DIEGO GARCIA** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) - Obrigado.

Eu concludo.

Eu peço, Presidente Delegado Marcelo Freitas, por Minas Gerais, pelo seu Estado, pelo País, pelo bom senso e pelo equilíbrio, por favor, que encerre esta reunião. Vamos conversar com o Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta. Vamos levar ao conhecimento dele tudo isso que está acontecendo.

Eu imagino como é a agenda do Presidente da Câmara. Ele não tem tempo para nada, mas nós estamos aqui para respaldá-lo do que nós estamos sentindo no plenário.

Se o Deputado Glauber Braga, com tudo o que fez, um Deputado agressivo, violento...

Eu nunca vi o Deputado Marcel van Hattem agredir ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, obrigado...

**O SR. DIEGO GARCIA** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) - Então, Presidente, eu faço um pedido a V.Exa.: vamos usar o bom senso, o equilíbrio. Fale com o Presidente Hugo Motta. Vamos encerrar esta reunião. E, se tiver que chamá-la para a tarde, vamos voltar à



tarde, vamos até de madrugada, não há problema. Mas vamos ter a chance, pelo menos, de conversar com ele, encontrar o equilíbrio, o bom senso, e não entrar com essas pautas no plenário na semana que vem, porque isso vai ser um desastre, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Diego Garcia.

Nós vamos dar sequência à oitiva da Sra. Carolina, que se encontra aqui presente, razão pela qual eu quero passar a palavra ao Deputado Marcel van Hattem e ao seu advogado, o Dr. Jeffrey Chiquini, para proceder aos questionamentos à testemunha, a Dra. Carolina.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Presidente, há dois Parlamentares inscritos.

Presidente, quero orientar V.Exa., pois não sei a informação já chegou aí: há dois Deputados participando pelo Zoom. Eles não podem estar aqui porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - A informação já chegou aqui, sim, meu amigo, Deputado Cabo Gilberto. Eles são Deputados não membros desta Comissão. A participação pelo Zoom está disponível apenas para as testemunhas e os seus advogados.

**O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ** (PL - SP) - Presidente, eu sou membro.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - O Deputado Bilynskyj é membro, Sr. Presidente.

**O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ** (PL - SP) - Eu sou membro do Conselho de Ética, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - O Deputado Bilynskyj está *on-line*?

Tem a palavra o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

**O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ** (PL - SP) - Bom dia, Presidente.

Bom dia, colegas.

Estou em uma agenda aqui no Estado de São Paulo. Eu gostaria de fazer um pedido ao Presidente desta reunião.

Peço, Deputado, que esta reunião seja suspensa. A gente está numa sexta-feira, quase ao meio-dia, em uma semana extremamente conturbada, quando aconteceram





fatos que claramente colocam a Câmara dos Deputados numa posição de não Poder. Nós deixamos de ser Poder Legislativo. Eu acredito que não é o momento para que ocorra esta discussão desta forma.

O Deputado Pollon não está presente, está afastado por questão de saúde, por algo que aconteceu durante uma reunião do Conselho de Ética.

Então, faço um apelo aqui, doutor, para que V.Exa. reconsidere o andamento desta Comissão, a fim de que nós possamos recompor, discutir com o Presidente Hugo Motta o que está acontecendo em relação à intervenção do Supremo Tribunal Federal nos trabalhos da Câmara dos Deputados, para que a gente possa tomar uma decisão mais acertada. A forma como os trabalhos estão se desenrolando — de forma apressada, de forma atípica —, eu acredito que não é o momento para que as coisas sejam feitas desta forma.

Peço a V.Exa. que reconsidere.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Agradeço ao Deputado Paulo Bilynskyj.

Informo, de maneira clara, a este Conselho que fomos extremamente condescendentes com membros e não-membros, para que pudessem falar, inclusive permitindo que membros pudessem falar de forma virtual, o que poderia ser efetivamente negado por esta Presidência, razão pela qual deixo claro que membros e não membros terão oportunidade de fala no momento da inquirição de testemunhas. Nesse sentido, reitero isso uma vez mais.

Passo a palavra agora ao Deputado Marcel van Hattem e ao seu defensor, para que possam inquirir a testemunha.

Por favor, Deputado Marcel, a palavra está com V.Exa., para poder fazer a inquirição à testemunha. *(Pausa.)*

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Sr. Presidente, prometo a V.Exa. que é a última questão de ordem. A nossa assessoria, assim como a assessoria de V.Exa., é muito competente.

Trouxemos algo agora, Sr. Presidente, para provar a V.Exa. que esta reunião precisa ser encerrada. A questão de ordem é com base no art. 95 do Regimento Interno, no art. 5º da Constituição, combinado com o art. 8º, das Garantias Judiciais, do Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário.



Veja só, Sr. Presidente, por que precisamos encerrar esta sessão. Esta questão de ordem é a mais importante que fiz até agora, nos meus 3 anos de mandato de Deputado Federal.

Diz o seguinte:

*Artigo 8*

*Garantias Judiciais*

*1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente ou imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos, obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.*

Que se encaixe este caso agora no Conselho de Ética da Câmara de Deputados.

*2. (...)*

*c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;*

*d) direito do acusado de defender-se — este aqui é o xeque-mate, Sr. Presidente — pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor.*

Sr. Presidente, o Deputado Marcos Pollon... Eu sei que é o Deputado Marcel que está agora sendo o acusado aqui, no banco dos réus, com a cabeça na guilhotina, mas, quanto ao Deputado Marcos Pollon... Juntaram os três processos, e, quando juntaram os três processos, os três são réus.

Se continuarmos, Sr. Presidente, com toda a vênia que eu peço a V.Exa., o Pacto de São José de Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, não estará sendo cumprido, porque o Marcos Pollon está hospitalizado. Eu não sei se S.Exa. está hospitalizado ou se já está em casa. S.Exa. tem 9 dias de atestado. E o Pacto de São José de Costa Rica, que a Constituição Federal reconhece, do qual o Brasil é signatário, diz claramente que S.Exa. deveria estar aqui pessoalmente ou ser assistido por um defensor de sua escolha. E o defensor que está aqui é da Câmara dos Deputados, não é de confiança do Deputado. S.Exa. não pode se comunicar, Sr. Presidente, livremente e em particular, com o seu defensor, porque está doente. O cara está com o pé na cova, quase que enfartava ontem, meu amigo.



Então, era essa é a questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Cabo Gilberto.

Embora sejam questões já ditas anteriormente, eu recolho a questão de ordem de V.Exa. e me manifestarei sobre ela oportunamente.

Passo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Excelência, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - V.Exa. não faz jus a questão de ordem, Coronel. Esta questão de ordem já foi...

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Excelência, eu sou Vice-Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - V.Exa. não faz jus a questão de ordem, Coronel.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Eu sou Vice-Líder, Excelência. Pela ordem, então, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Meu amigo... Meu amigo Coronel Chrisóstomo...

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Eu estou pedindo pela ordem, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Meu amigo Deputado Coronel Chrisóstomo, a assessoria de V.Exa. está explicando, e eu vou deixar uma vez mais esclarecida esta situação: não membros deste Conselho de Ética não fazem jus a apresentarem questão de ordem.

A expressão "pela ordem" deve ser feita especificamente quando a organização dos trabalhos não estiver sendo feita da maneira como apregoa o nosso Regimento. E nós entendemos que estamos buscando seguir exatamente o que apregoa o nosso Regimento.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Mas é exatamente sobre isso, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Então, eu vou abrir, mais uma vez, a oportunidade pela ordem e entendo que esta questão de se buscar protelar a inquirição da Sra. Carolina aqui não é algo salutar, não é algo positivo,



mas, em deferência a V.Exa., uma vez mais, darei a oportunidade, pela ordem, não para questão de ordem, para que se possa apresentar o que, de fato, encontra-se prejudicando os trabalhos desta Comissão.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Vou tentar só fundamentar aqui, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - E concedo a V.Exa. o prazo de 1 minuto para tanto, pela ordem.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Excelência, é sobre o art. 236 do Regimento da Casa, que concede licença para tratamento de saúde a Deputado impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato, inclusive mediante laudo de inspeção de saúde firmado por três integrantes do corpo médico da Câmara. E considerando que tal licença suspende a contagem de prazos em outros contextos regimentais, suspende a contagem de prazos de licenças durante o recesso, isso demonstra o princípio de preservação da saúde e da capacidade de exercício pleno do mandato.

Excelência, questiono se a apresentação de atestado médico, submetido ao procedimento de laudo de inspeção, previsto no art. 236 do Regimento Interno, justifica a suspensão da representação em trâmite no Conselho de Ética e Decorro Parlamentar pelo período indicado no atestado...

*(Desligamento do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Para concluir.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - ...uma vez que o Deputado licenciado está impossibilitado de exercer plenamente seus deveres, incluindo a participação ativa no processo disciplinar, e tal suspensão preserva os princípios constitucionais de ampla defesa e contraditório.

Excelência, vou concluir e agradeço pela oportunidade de falar novamente.

Nós estamos tratando de três Parlamentares *top* do Congresso Nacional, Excelência, da Câmara dos Deputados: van Hattem, Zé Trovão e Pollon. São três grandes Parlamentares, Excelência. Especificamente pelo caso do Deputado Pollon, o senhor teria que encerrar esta Comissão, Excelência.

Faço essa solicitação a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, eminente Deputado Coronel Chrisóstomo.

Só para justificar a decisão desta Presidência, de maneira clara a todos os presentes, o artigo suscitado por V.Exa. cuida especificamente de licença para tratamento de saúde e não de um atestado médico apresentado, sem que isso efetivamente enseje uma licença.

Ademais, esta Presidência já esclareceu anteriormente que é facultado ao representado, ao Parlamentar representado, fazer-se presente por intermédio inclusive de defesa técnica e que, não havendo defesa técnica, a gente possa apresentar a oportunidade de nomear a defesa técnica pela Câmara. Todos esses procedimentos foram rigorosamente efetivados pela Presidência da Comissão.

Deputado Marcel van Hattem...

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Excelência, eu pedi tempo de Liderança, eu sou Vice-Líder.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - O Dr. Chiquini tem compromisso daqui a pouco, e ele pediu...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Até para que a gente possa evoluir nessa questão, vamos abrir oportunidade ao Deputado Marcel van Hattem e ao seu defensor constituído, o Dr. Chiquini, para procederem à inquirição da testemunha, por gentileza.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Só uma questão...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Pela ordem, Sr. Presidente, só para deixar consignado o seguinte.

O advogado que está aparecendo aqui (*exibe foto*), representando o Deputado Marcos Pollon, estava ontem orientando o Presidente em exercício, o Deputado Josenildo. Então, este advogado não vai ter interesse em preservar as prerrogativas parlamentares do Deputado Marcos Pollon, porque ele é parte interessada, Sr. Presidente. Olhe aqui, chegou para mim agora.

O advogado está aqui. Ele estava orientando o Presidente, que está cumprindo essas ordens ilegais, inconstitucionais, de onde eu não sei e eu não posso acusar. Olhe aqui. (*Exibe foto.*)

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Presidente, só uma questão também...



Eu fui informado agora que chegou um representante da OAB.

Então, só para constar, para que todos saibam, eu não...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu já iria anunciar a presença do Dr. Raynner Tiago Barbosa Matos, representante do Conselho de Prerrogativas da OAB, que se encontra aqui exatamente para poder garantir o cumprimento das prerrogativas dos advogados.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Presidente, em que pese tenha chegado agora o representante da OAB Federal, a gente vem passando por um problema muito complicado aqui, no tocante à advocacia. Peço novamente a gentileza de V.Exa. para que tenha um olhar jurídico sobre a questão.

Ontem, nós já tivemos um enfrentamento da renúncia de um advogado. Houve uma solicitação para que um advogado acompanhasse o representado, e isso não aconteceu. Então, nós tivemos um lapso temporal no período da tarde de um representado sem advogado nesta Casa. Se ainda fosse em qualquer outro local, mas isso causa uma estranheza tremenda.

Hoje nós temos um representado que está doente, que não veio.

O doutor, aqui ao meu lado, tenho certeza de que está dando o seu melhor. Em que pese, ontem, ele ter feito a orientação, e não vejo com um olhar... Sei da ética e tudo... Mas que exemplo nós estamos passando? V.Exa. tem um olhar jurídico. Eu tenho certeza de que, no seu sentimento, V.Exa. está entendendo. Eu não vou entrar em questão política. Eu sou advogado, vou morrer advogado, gosto... Mas os nossos princípios aqui da advocacia... Nós precisamos parar. E eu acredito que V.Exa. tem esse mesmo raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Compreendo, compreendo, doutor.

Eu queria deixar consignado neste Conselho de Ética a profunda admiração e o respeito que nós temos pela advocacia, razão pela qual nós adotaremos todas as medidas necessárias e possíveis para que os interesses não só dos representados, mas especificamente da advocacia, sejam respeitados e preservados.

Diferentemente de outros Poderes, nós vamos zelar e trabalhar para que essa questão seja efetivamente garantida neste Conselho de Ética.

Pode ter certeza disto: nós temos respeito profundo pela advocacia de nosso País.



**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - É que o próprio advogado mencionou a falta de condição, por não ter falado com o cliente.

Não é o meu cliente. O meu cliente é o Deputado Zé Trovão. Eu tenho muita convicção de que vamos utilizar tudo o que foi passado. Alteramos data, permanecemos aqui, autonomia total e tentando colaborar, mas é impossível ver uma situação dessa e não se colocar no lugar. Eu nunca conseguiria atuar por um cliente com quem eu não falei. Ainda mais numa Casa desta.

Então, eu peço a gentileza de uma reflexão, principalmente por V.Exa. ser do campo jurídico e entender a importância disso.

Eu não sei se o Deputado que está doente, se isso agrava ou não a situação dele, porque, se eu estivesse mal e ainda estivesse sendo julgado, imagino que eu iria piorar.

Mas é só essa sensibilidade, por ser do campo jurídico, que eu peço novamente a V.Exa. Eu nem vou entrar nas questões políticas. Eu vou entrar na questão do processo administrativo. Muitos podem falar que não vale, mas nós sabemos a importância que têm tanto o processo da Polícia Federal quanto o daqui da Câmara, e de todo lugar. Sem um advogado, com a respectiva conduta, com o respectivo preparo — e não que o nosso colega aqui não o tenha —, mas o preparo do caso — só por estar onde está, é inegável a competência do advogado —, mas eu gostaria dessa sensibilidade especialmente porque V.Exa. é do campo jurídico.

Desculpe-me eu ter me estendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, doutor.

Tendo em vista...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Presidente Marcelo, só para deixar claro que eu não tenho nada contra...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Tendo em vista a colocação...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Sr. Presidente, peço só 10 segundos, Presidente, para ele não achar...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Calma! Calma!





**O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB)** - Eu só quero deixar claro que eu não tenho nada pessoal contra o advogado, viu, Presidente. Quero só deixar claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Isso já está claríssimo!

Tendo em vista a colocação que foi apresentada por V.Exa., eu indagaria ao Dr. Clebson Gean da Silva Santos se ele obviamente se encontra apto, neste momento específico da fase procedimental em que se encontra, a poder acompanhar as oitivas das testemunhas aqui e, na defesa do interesse do representado, obviamente garantir que nenhuma das suas prerrogativas sejam violadas.

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Excelência, obrigado mais uma vez pela palavra.

Nós tivemos o conhecimento do caso porque é um caso de amplo conhecimento de todos, inclusive da parte jurídica.

A gente não pode negar que a gente não teve um contato pessoal com o representado. Obviamente estamos aqui com o conhecimento dos autos, com o conhecimento das peças principais do processo. Isso obviamente, para o ato, representa... Essa falta de contato inegavelmente é um prejuízo, é um prejuízo que pode ser alegado posteriormente.

Mas, por outro lado, eu gostaria de esclarecer, até para o Deputado Cabo Gilberto, que ontem, ao sermos convocados pelo então Presidente, nós recebemos a convocação para sermos dativos. Então, eu falo isso só para esclarecer aqui. Assim recebemos essa convocação, e comparecemos aqui hoje.

Agora, na qualidade de advogado, uma vez constituído como dativo, eu tenho que mencionar, eu tenho que pontuar que a defesa obviamente fica prejudicada.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB)** - Viva! Obrigado, Senhor!

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Mas eu estou aqui também a cumprir um dever como parte da estrutura da Casa, da advocacia. Fica a critério de V.Exa. o quê determinar, e a gente vai seguir a pauta.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB)** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, doutor.



**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Agora peço a palavra para uma questão de ordem de verdade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Espere aí, Gilberto, só um minutinho.

Obrigado, doutor.

Eu queria indagar o Deputado Marcel, tendo em vista que o advogado Chiquini se encontra *on-line* com outros compromissos, se a gente pode de fato prosseguir na oitiva da testemunha que se encontra aqui presente, para poder responder aos questionamentos do Dr. Chiquini e dar sequência a essa situação.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu, sim. Nós estamos prontos para passar para a fase da testemunha, porém, eu não entendi a manifestação do defensor do Deputado Pollon.

Ficou pendente de uma decisão sua, Presidente, pelo que eu entendi, o que também já me causa espanto, com todo o respeito ao defensor do Pollon, porque o doutor está terceirizando à Mesa a decisão se vai seguir ou não, e se há ou não ampla defesa. Na minha opinião, o defensor, quando diz: *"Não conversei com o representado"*...

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - É porque eu não posso mentir...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - *"Não tenho condições totais de fazer esse trabalho"*...

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Excelência, eu não posso mentir sobre isso.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - E ele repassa isso a V.Exa., no mínimo, há uma confusão e até uma suspeição nesse caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel...

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Se V.Exa. me permite, só para eu pontuar...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu entendi de maneira clara — e o Dr. Clebson pode nos esclarecer — que é perfeitamente possível que ele consiga acompanhar a instrução com as oitivas das testemunhas, fazendo as inquirições pertinentes, sem que isso possa, de fato, ensejar que, em um outro momento



posterior, ele possa dialogar com o Marcos Pollon, se for o caso, se houver essa oportunidade de fazê-lo.

Mas eu indago novamente ao Dr. Clebson se o senhor tem condição de acompanhar a inquirição da testemunha Carolina aqui, eventualmente fazendo as indagações no interesse do representado.

Essa é a indagação que eu faço a V.Exa. *(Pausa.)*

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Sr. Presidente, antes dele responder, eu peço a V.Exa. uma questão de ordem, porque eu pedi anteriormente, Sr. Presidente. Por favor, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Só um minuto, Deputado Cabo Gilberto.

Nós estamos enfrentando essa questão que é essencial.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Excelência, o advogado, penso eu, na narrativa anterior, quando disse que V.Exa. tomaria a decisão, ele foi enfático em falar que a defesa ficaria prejudicada. Ele está sendo sensível, porque...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Ele é advogado da Casa...

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - E, mais que isso, ele é um advogado, está na sua missão e não vai recuar. E eu tiro o chapéu para ele. Agora, ele foi enfático em falar que a defesa fica prejudicada.

Se qualquer um de nós estivesse precisando de um advogado e não lhe fosse dado acesso, é impossível falar que não está prejudicada a defesa. Temos conhecimento jurídico e pedimos esta sensibilidade. Conforme palavras do advogado, a defesa fica prejudicada. E qualquer pessoa em sã consciência, com lucidez, vai entender que fica prejudicada a defesa. Nós estamos aqui há 3 dias, debatendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Então, vou deliberar sobre a situação.

Tendo em vista que todas as testemunhas arroladas pelo Deputado Marcos Pollon foram ouvidas, tendo em vista que a defesa técnica aqui presente, nomeada pela Presidência de ontem, informa que é possível acompanhar a inquirição da testemunha sem que isto, de fato, enseje um eventual ônus para a defesa, eu indago novamente a V.Exa., Dr. Clebson, se é possível acompanhar e fazer a inquirição às testemunhas, para



que a gente possa dar andamento a esta reunião do Conselho de Ética. O senhor se sente...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Peço vênica a V.Exa., Presidente.

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Eu vou falar com o representado. Eu peço um tempo para um contato pessoal com o representado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - É claro. Este tempo lhe será deferido, para que você possa tratar com o representado.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Sr. Presidente, peço vênica a V.Exa. Eu havia pedido para falar anteriormente, mas V.Exa. me pediu para esperar. Peço vênica a V.Exa. com todo respeito, art. 95 e art. 30 do Estatuto da OAB.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu peço que se abra o tempo para a questão de ordem do Deputado Cabo Gilberto.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - O advogado aqui está cumprindo uma missão, Sr. Presidente. Há duplo interesse.

Ele é advogado da Casa, senhores. A Casa está com interesse de colocar os três Deputados na guilhotina. E o que diz o art. 30? Ele diz:

*Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia:*

*I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;*

Aqui há um duplo interesse. Como o advogado vai defender o Deputado Marcos Pollon se quem o paga é a Casa, meu Jesus do Céu, e é a Casa que quer cortar a cabeça dos três Deputados?

Então, Sr. Presidente, agora há um xeque-mate. V.Exa. dê o xeque-mate nesta questão de ordem. Eu peço vênica a V.Exa., porque a situação aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Cabo Gilberto.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Mas eu vou concluir ainda, Presidente. Calma!

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado, esta colocação apresentada por V.Exa., com o devido respeito, não faz muito sentido,



porque a nomeação do defensor dativo é exatamente para isto: para que ele busque preservar as prerrogativas dos representados. E nada impede que ele possa fazê-lo.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Mas me deixe concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Inclusive, nós poderíamos fazer a indicação de qualquer outra pessoa para a situação.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Sr. Presidente, mas me deixe concluir, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Vamos tentar dar andamento à reunião.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Eu fui aí, Sr. Presidente, mostrar a foto do advogado...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Ele já se manifestou, Deputado Cabo Gilberto. Ele veio especificamente para...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Mas, Sr. Presidente, eu peço 2 minutos, por favor. Eu não tenho 2 minutos, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Conclua, Deputado.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB) - Eu peço vênias a V.Exa. como uma pessoa que está indo para a forca, para ser executada, ou está indo para a guilhotina, Sr. Presidente. Eu peço vênias a V.Exa.

Veja só: aqui está claro que há um duplo interesse do advogado, há conflito de interesses. Como ele vai advogar para o Deputado Pollon de forma enfática, utilizar todos os recursos da defesa, Sr. Relator, se ele é advogado da Câmara? Ele estava aí orientando o Deputado Josenildo quando a gente estava fazendo o contraponto ao Deputado, que era o Presidente ontem.

Então, há duplo interesse aqui. Como ele vai defender Deus e o demônio ao mesmo tempo? Não tem como! Não tem como, Sr. Presidente!

Eu peço vênias ao advogado, com todo respeito, porque é o advogado da Câmara. Não há nada pessoal contra o senhor, doutor. Eu tenho o maior respeito pelo senhor, tenho o maior respeito pelos advogados, diferentemente da Suprema Corte, que vem rasgando os advogados e o Ministério Público.



Mas, Sr. Presidente, eu peço que seja nomeado outro advogado que não seja da Casa. Isto é o mínimo que a gente pode fazer. E eu queria que a OAB, que está aqui presente, se manifestasse, que V.Exa. desse 1 ou 2 minutos para a OAB se manifestar, porque é importante.

Eu vejo um duplo interesse do advogado. Como ele vai defender o Deputado Marcos Pollon e a Câmara dos Deputados ao mesmo tempo? Expliquem-me aí, Srs. Parlamentares e a população que está nos ouvindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Só enfrentando, Deputado Cabo Gilberto, especificamente esta situação, não observo, com muita clareza, nenhum conflito de interesses da advocacia, mesmo porque a Casa não é a pessoa do Presidente ou a pessoa do Deputado Gilberto, a Casa, pelo seu colegiado, somos todos nós. E não é possível inferir, neste momento, qual será a proposição ou a intenção da Casa, pois a Casa somos todos nós.

Por esta razão, indagado ao advogado se havia conflito de interesses, ele foi expresso em dizer que não há nenhum conflito de interesses, ele deixou claro que ontem...

*(Intervenção ininteligível fora do microfone.)*

Não, conflito de interesses.

Ele deixou claro aqui que veio ontem especificamente para ouvir do Presidente as orientações e receber a documentação alusiva à sua defesa técnica, razão pela qual eu indefiro a questão de ordem formulada por V.Exa.

Passo a palavra, neste momento, ao...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu falei com o Deputado Pollon, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Só um minuto, Deputado Marcel, para ouvirmos o advogado Dr. Clebson.

**O SR. CLEBSON GEAN DA SILVA SANTOS** - Vou responder. Logicamente, eu aqui estou sob a autoridade da Casa e do advogado-chefe. Eu recebi a orientação aqui para seguir as prerrogativas da advocacia e manifestar que, realmente, eu não tenho condição de continuar na defesa do representado.

*(Manifestação no plenário.)*



O representado me ligou, ameaçando-me de representação. E eu creio que, no exercício do serviço público, da função de advogado da Casa, eu não vou ficar submetido a uma ameaça desse jaez.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Ótimo!

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, para esclarecimento, o Deputado Pollon me ligou e disse que pediu ao defensor que solicitasse o cancelamento e que o defensor se negou a representar a vontade do seu representado. E foi por isso que *(falha na gravação)* do advogado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Tendo em vista a colocação apresentada pelo defensor nomeado, eu suspendo a sessão pelo prazo de 1 hora, para almoço. Nós voltaremos aqui às 13h3min pontualmente, para que esta Presidência possa deliberar sobre a possibilidade de continuação desta sessão ou não.

A sessão está suspensa pelo período de 1 hora.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Boa tarde a todos.

Está reaberta esta reunião do Conselho de Ética, para que a gente possa dar continuidade aos trabalhos.

Nesta ocasião, eu passo a palavra ao eminente Relator...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O art. 70 diz que o Presidente poderá suspender a sessão por uma única vez, pelo prazo máximo de 1 hora, findo o qual considerar-se-á encerrada. Passou mais de 1 hora, Sr. Presidente. Terá que ser declarada encerrada a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Se V.Exa. pegar o sistema, Deputado Marcel, vai ver que está exatamente o período de 1 hora. Entendeu?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Mas, de qualquer sorte, nós só vamos passar a palavra ao Relator para que possamos deliberar sobre esta situação.





**O SR. MOSES RODRIGUES** (Bloco/UNIÃO - CE) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas que estão aqui presentes, nós tivemos, antes de suspendermos os nossos trabalhos há 1 hora, uma situação atípica. E eu queria aqui solicitar ao Presidente que pudesse conferir algo com a Secretaria-Geral da Mesa. No caso da saída do defensor, do advogado do Deputado Marcos Pollon, o que é que o Regimento fala sobre essa situação? Pergunto para que a gente possa esclarecer aqui aos representados e também aos advogados. Mas antecipo que o meu desejo é o de darmos continuidade às oitivas.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Moses.

Indago aos Deputados presentes e aos eminentes advogados se têm alguma consideração adicional a fazer.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, sim, eu tenho.

A primeira delas já foi feita. V.Exa. disse quealaria só sobre o caso apresentado, que foi o encerramento da reunião. Ela já não pode continuar, porque V.Exa. a declarou reaberta com mais de 1 hora de suspensão. Então, ela não pode continuar.

Sobre essa questão específica, apenas para aproveitar o ensejo, em que pese a reunião tenha de ser encerrada, eu quero dizer que foi algo surpreendente o que nós vimos aqui, até porque o advogado, ao renunciar, não só abriu mão da defesa do seu representado sem ter conversado com ele antes, como, quando eu pessoalmente fui falar com ele, disse que fazia parte de toda uma estrutura.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que isso que o advogado disse para mim — eu já não me recordo do nome dele, acho que é Clebson Gean da Silva Santos — é gravíssimo. A gente precisa entender a que estrutura ele pertence, a quem eventualmente ele responde, se ele tem função gratificada ou de confiança aqui nesta Casa, porque é muito grave um advogado estar aqui como defensor dativo...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deputado Marcel, permita-me esclarecer.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - O pronunciamento estrutural que ele fez foi com relação à própria Advocacia da Câmara dos Deputados. Foi nesse sentido que ele procurou esclarecer, até de maneira muito objetiva,



não no sentido de ter qualquer forma de ajuste, conluio ou coisa do gênero. Ele refletiu sobre a situação de estar submetido — e ele fez isso com muita propriedade — à estrutura da Advocacia da Câmara dos Deputados.

Falo isso apenas para poder esclarecer esse ponto em particular e para poder preservar o trabalho de um advogado que é servidor da Casa e estava apenas buscando cumprir o seu dever.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu não me refiro à fala que ele fez ao microfone, eu me refiro à fala que ele fez a mim, pessoalmente, antes de sair. Ele me disse isso quando eu solicitei...

Vou narrar o que aconteceu. Eu solicitei a ele, na verdade eu sugeri, porque não tenho poder de solicitação — ele não é meu defensor —, que pedisse o cancelamento da reunião, já que para todos nós que temos processo apensado seria o correto. Porém, ele me disse que não poderia pedir porque fazia parte de uma estrutura. Aí foi quando eu liguei para o Deputado Marcos Pollon, e o Deputado Marcos Pollon pediu que ele solicitasse o cancelamento. Ele se negou, como disse ao microfone. O Deputado Pollon disse, inclusive, que o processaria, e por isso ele decidiu desistir.

Agora, Delegado, só para concluir aqui a questão de ordem inicialmente feita, está no *site* da Câmara que a suspensão da reunião foi às 12h5min, aliás, às 12h3min30seg foi a sua fala, a reunião foi suspensa às 12h5min43seg e reaberta às 13h5min53seg, Sr. Presidente. No *site* todas as informações estão levando à mesma situação de mais de 1 hora de suspensão. Portanto, esta reunião não pode continuar, precisa ser encerrada, porque há um precedente na CCJ que deixa muito claro que suspensão com mais de 1 hora impede a continuidade da reunião. Ela precisa, portanto, ser encerrada, conforme o Regimento decide. Ela não poderia nem ter voltado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado Marcel.

**O SR. RICARDO SALLES** (NOVO - SP) - Meu caro Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - O Deputado Ricardo Salles quer falar também?

**O SR. RICARDO SALLES** (NOVO - SP) - Sim, só para uma breve contribuição para a decisão de V.Exa. acerca da continuidade da representação que foi questionada aqui.



Eu trago à reflexão dos senhores a Súmula nº 708 do Supremo Tribunal Federal, que por analogia se aplica ao nosso processo interno aqui da Câmara dos Deputados. Ela diz peremptoriamente: *"É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro"*. E a renúncia *in loco* se equipara à manifestação nos autos.

Obviamente, não houve tempo hábil — não é culpa da Mesa nem nada disso —, naquela ocasião e neste momento, para que ele fosse intimado a constituir novo advogado. Mas, na ausência dessa respectiva intimação, não há como se continuar o ato. Isto aqui é súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Barros de Moura.

**O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA** - Presidente, quero só corroborar aqui: antes da saída do advogado, meu questionamento era se ele teria capacidade, em função do pouco tempo, do não contato. Eu acho que agora, na leitura que nós havíamos pensado, a situação ainda piorou, porque, se antes havia um defensor que não estaria ali — palavras dele —, que a defesa estaria prejudicada, imagine agora sem. Então, se a gente já estava tendo um cuidado nesse sentido... E claro, eu imagino, se o Deputado estivesse aqui, eu ainda penso que, igual ontem, se poderia ter a mesma decisão, de continuar. Continuou ontem, o.k. Mas hoje a gente tem um representado doente, ausente, e um advogado que não está.

Portanto, se continuar — eu não sei se o representante da OAB também está aqui, mas só quero deixar minha manifestação —, mesmo que continue, é para que, se eu até for questionado futuramente, eu possa dizer: *"Fiz uso da palavra, a Mesa tomou a decisão"*. Mas sinceramente, até por uma questão jurídica, por uma questão de ampla defesa, contraditório, não vejo possibilidade de continuar, infelizmente, este processo.

Abriu-se esse precedente de ser um litisconsorte. Então, o argumento já mencionado pelo Relator é até coerente, no sentido de que: *"Olha, as testemunhas dele já foram ouvidas e tudo mais"*. Mas é inegável que uma coisa aqui afeta a outra.

Então, para a gente não ter todo um curso de processo para amanhã ter uma nulidade e voltarmos, eu gostaria que a gente zelasse pela coerência, especialmente,



novamente, falo com V.Exa., em função do conhecimento jurídico e pela prudência, para que, neste momento, encerremos a reunião, marquemos outra já para a próxima data, na terça-feira, e seguimos de uma maneira com contraditório e ampla defesa totalmente preservados.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - O art. 70 é claro, Presidente: a reunião já está encerrada, ela não poderia continuar desta forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado, Dr. Eduardo Barros.

Passo a palavra ao eminente Deputado Coronel Chrisóstomo. *(Pausa.)*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, mas esta reunião não pode continuar, ela está encerrada.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Eu deliberarei sobre o seu pedido, Deputado Marcel, na sequência da fala do Coronel Chrisóstomo.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não há o que deliberar, mas vou aguardar, em respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Deliberarei sobre isso. Se V.Exa. quer suspender a reunião à força, é outra coisa.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, jamais, Presidente. Eu nem teria força.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Então, por favor, permita que eu delibere. Posso deliberar?

Então, deixe a palavra com o Deputado Coronel Chrisóstomo. Eu estou indo com muita serenidade, com muita tranquilidade. Pode ficar tranquilo.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) - Sr. Presidente, eu estou na esteira, sem dúvida nenhuma, dentro da legalidade, do Deputado van Hattem. Eu acho que já se encerrou o prazo, ultrapassamos 1 hora, e V.Exa. sabe que deveria ter tratado do assunto nesse período de 60 minutos.

Eu nem vou me alongar aqui na fala, Excelência. Agradeço muitíssimo o tempo que V.Exa. me permitiu falar, mas não vou avançar. Até tenho também tempo de Liderança, como Vice-Líder da Oposição, mas também não vou usá-lo, Excelência, porque está na



hora de encerrar esta reunião, porque deliberadamente já ultrapassou, Excelência, Deputado Ricardo Salles, 1 hora. Portanto, não há mais o que se discutir.

Então, solicito a V.Exa. que delibere para que encerre esta reunião.

Grato.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Obrigado.

**O SR. RICARDO SALLES** (NOVO - SP) - Presidente, confiando sempre na boa convivência e no equilíbrio das suas decisões, só trago uma informação que neste ponto pode ajudá-lo.

Lembrei-me aqui a assessoria que, em momento recente, quando a Presidente da CCJ era a nossa colega Deputada Caroline de Toni, eu mesmo me atrasei. Eu era o Relator de uma matéria e atrasei 3 minutos — 3 minutos. A reunião teve que ser encerrada e reaberta em data subsequente para cumprir o Regimento.

Então, esse fato, que foi lembrado, bem lembrado aqui, aconteceu comigo na CCJ. Não posso deixar de trazer essa experiência ocorrida na CCJ, Comissão que inclusive, pelo Regimento, tem a obrigação de fazer zelar a rigidez do Regimento e das demais normas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Agradeço ao eminente Deputado Ricardo Salles.

Delibero especificamente sobre a questão com relação ao prazo de suspensão da reunião. Ela foi suspensa às 12h13min, reaberta no sistema às 13h3min, razão pela qual esta Presidência indefere essa situação.

Mas, especificamente com relação às questões pontuadas, esta Presidência quer deliberar de maneira muito clara ao que foi apresentado pelo eminente Deputado Marcel van Hattem, pelo eminente Deputado Ricardo Salles, pelo Dr. Eduardo Barros, pelo Deputado Coronel Chrisóstomo e pelo Deputado Cabo Gilberto.

Nós compreendemos, com certa clareza, que a Comissão ficou diante de uma situação intransponível, a nosso sentir, a partir do momento em que o advogado dativo nomeado manifestou publicamente que não tinha condição de prosseguir com a defesa do representado, o Deputado Marcos Pollon.

Tendo em vista que essa situação pode aviltar, pode de fato ofender não só as prerrogativas do representado, mas também as prerrogativas da Ordem dos Advogados



do Brasil, o nosso entendimento consolidado é no sentido de buscar respeitar ao máximo as garantias constitucionais de todos os representados neste Conselho de Ética, garantia esta prevista no art. 5º da nossa Constituição Federal.

A Presidência não tem o menor propósito e a menor intenção de prejudicar o direito objetivo ou subjetivo de quem quer que seja, razão pela qual, acolhendo as falas que foram apresentadas, especificamente em razão da escusa apresentada pelo defensor dativo, nós entendemos por bem encerrar esta reunião do Conselho de Ética.

**O SR. MOSES RODRIGUES** (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu queria fazer só uma questão de ordem, Presidente.

Estou vendo que V.Exa. já está fazendo um encaminhamento para o encerramento. Por isso, peço desculpas por ter interrompido. Mas eu queria solicitar a V.Exa. que pudesse notificar o Deputado Pollon para que ele possa apresentar um novo advogado e que pudesse convocar reunião para terça-feira, às 9 horas, dando o prazo de hoje até terça-feira, às 9 horas, para que ele possa conversar com um novo advogado, que ele possa apresentar um novo advogado para dar continuidade aos procedimentos aqui da oitiva das testemunhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Marcelo Freitas. Bloco/UNIÃO - MG) - Agradeço ao eminente Relator.

Embora essa questão tenha sido efetivada ontem ao Deputado Marcos Pollon, de qualquer sorte nós teremos o cuidado de refazer novamente. Vamos encaminhar uma nova notificação ao Deputado Marcos Pollon para que possa constituir defensor de sua confiança, para que de fato possa dar andamento aos trabalhos desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos deste Conselho de Ética, antes convocando reunião para a próxima terça-feira, às 9 horas da manhã, a fim de que possamos nos reunir novamente, ficando todos os representados, todos os advogados e todos os Deputados, membros ou não deste Conselho de Ética, devidamente cientificados da deliberação desta Presidência.

Obrigado a todos.

Tenham uma boa tarde.